

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

ROBERTA REIS SCHERER

**REPÓRTERES MULHERES E APRESENTADORAS DO JORNAL NACIONAL E O
LUGAR DE FALA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO:**
beleza, juventude e exclusão

Porto Alegre

2017

ROBERTA REIS SCHERER

**REPÓRTERES MULHERES E APRESENTADORAS DO JORNAL NACIONAL E O
LUGAR DE FALA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO:
beleza, juventude e exclusão**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul como requisito parcial para obtenção do diploma
de Bacharel em jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Sean Hagen

Porto Alegre

2017

ROBERTA REIS SCHERER

**REPÓRTERES MULHERES E APRESENTADORAS DO JORNAL NACIONAL E O
LUGAR DE FALA A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO:**

beleza, juventude e exclusão

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul como requisito parcial para obtenção do diploma
de Bacharel em jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Sean Hagen

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr. Sean Hagen –UFRGS
Orientador

Prof.^a Dr.^a Marcia Benetti Machado –UFRGS
Examinadora

Prof. Dr.^a Aline do Amaral Garcia Strelow –UFRGS
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho de conclusão é a materialização de cinco anos de estudos e a prova de que grandes mudanças acontecem quando um mundo novo é apresentado a nós. Hoje eu não seria a mesma pessoa se não tivesse passado pelos bancos da Fabico. À Universidade, agradeço a oportunidade de desenvolvimento.

Agradeço a minha mãe, Janaina Reis Scherer, por toda persistência, sem a coragem que ela demonstrou diante todas as dificuldades eu nunca teria sido capaz de entrar em uma Universidade Federal. Ao meu pai, Milton Weschenfelder Scherer, cuja história foi transformada pelo estudo e dedicação, agradeço a inspiração. Obrigada a minha irmã Renata Reis, que além de ser minha grande companheira nessa jornada, me fez acreditar em todos os momentos que tudo daria certo. Ao meu irmão, Milton Weschenfelder Filho, primeiro a entrar nessa universidade, por todos os conselhos recebidos. Eu amo vocês.

Esse trabalho não seria possível sem o amparo do meu orientador, professor Sean Hagen, que a todo momento me incentivou a extrair o melhor de mim. Obrigada.

É preciso lembrar também toda ajuda dos amigos durante o processo. Obrigada à Camila Fridman pela revisão e paciência. Ao Guilherme Schiavinato por todos os livros retirados na biblioteca e incessantemente renovados. As minhas amigas Daniela Kalicheski, Analice Paron e Mônica Reolom agradeço por me ouvir sempre que precisei. Ao Marcelo Elizardo agradeço todo afeto e palavras de incentivo durante todo processo de pesquisa.

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo descobrir que vozes têm lugar de fala na redação do Jornal Nacional a partir de uma perspectiva de gênero, e como as repórteres e apresentadoras estão representadas dentro da redação. Usa como amostra uma semana composta de 2016 do Jornal Nacional. Ampara-se na Teoria Construcionista (TRAQUINA, 2012) e nos estudos de telejornalismo de Olga Curado (2002) e Eugênio Bucci (2005). Como aporte teórico dos estudos de gênero, são utilizados textos de Beauvoir (2016), Butler (2003) e Scott (1993). A metodologia utilizada é o estudo de vozes da Análise de Discurso de linha francesa (ORLANDI, 2001; BENETTI, 2007). Dentro do período analisado, o número de apresentadores e apresentadoras se equivale, mas as repórteres são minoria: uma mulher para cada 2 homens. A aparência das jornalistas apresenta uma rígida definição que não é cobrada dos homens, e os apresentadores e repórteres têm uma idade média muito superior à das mulheres: 59 anos enquanto a das mulheres é 48 anos. A diferença de gênero também aparece nas pautas: em assuntos como esporte e mundo, as mulheres não têm representação.

Palavras-chave: Jornalismo. Gênero. Vozes do discurso. Jornalista mulher, Jornal Nacional.

ABSTRACT

This study aims to find out which voices have a place of speech in the Jornal Nacional newspaper office from a gender perspective, and also how the female reporters and newscasters are represented in the office. It considers a sample week composed of random days in 2016 of Jornal Nacional. It is supported by the Teoria Construcionista (TRAQUINA, 2012) and by Olga Curado's (2002) and Eugênio Bucci's (2005) studies on telejournalism. The theoretical basis for gender studies are Beauvoir (2016), Butler (2003) and Scott (1993). The methodology used on the study is voices on Speech Analysis of french guideline (ORLANDI, 2001; BENETTI, 2007). In the period analysed, the number of male and female newscasters are equivalent, but the female reporters are a minority: one woman for every two men. The looks of the female journalists follow a rigid pattern than is not required for men, and the male newscasters and reporters have an average age a lot higher than women: 59 years old, while for women the average is 48. The gender difference also appears in the subjects covered by female and male journalists: women don't have representation in some topics, such as sports and world.

Key Words: Journalism, Gender, Voices on Speech, Woman Journalist, Jornal Nacional.

Índice de Quadros

Quadro 1 Segunda-feira, 8 de fevereiro de 2016.....	45
Quadro 2 Terça-feira, 4 de abril de 2016.....	46
Quadro 3 Quarta-feira, 8 de junho de 2016.....	47
Quadro 4 Quinta-feira, 4 de abril de 2016.....	48
Quadro 5 Sexta-feira, 10 de outubro de 2016.....	48
Quadro 6 Sábado, 31 de dezembro de 2016.....	49
Quadro 7 Divisão de repórteres por assunto.....	53
Quadro 8 Idade dos repórteres do JN em 2016.....	59

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Divisão de repórteres por gênero.....	51
Gráfico 2 Idade dos apresentadores do JN	58

Índice de Figuras

Figura 1 Maria Julia Coutinho, JN 27 de março de 2017.....	56
Figura 2 Maria Julia Coutinho, JN 31 de março de 2016.....	57
Figura 4 Tiago Scheuer, JN 29 de abril de 2017.	57
Figura 5 Renata Vasconcellos tira foto na bancada do JN.	62
Figura 6 Zileide Silva, JN 04 de janeiro, 2016.....	63
Figura 7 Zileide Silva, JH 02 de dezembro, 2017.	64
Figura 8 Renata Vasconcellos, JN 27 de outubro, 2017.....	64
Figura 9 Renata Vasconcellos, plantão de notícias 25 de outubro, 2017	65

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	11
1.	JORNALISMO	15
1.1	Telejornalismo	20
1.2	O Jornal Nacional	22
2.	GÊNERO	26
2.1	O significado de ser mulher	30
2.2	Diferenças de gênero	33
4.	METODOLOGIA	40
4.1	O jornalismo como produção de sentidos	40
4.1.1	Análise do discurso (AD)	40
4.2	Corpus	44
5	ANÁLISE.....	50
5.1	Quem fala no JN?	50
5.2	Quando as mulheres falam no JN?	52
5.3	Qual a aparência de quem fala no JN	55
6	Conclusão	66
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70
7.1	Sites:	71

1. INTRODUÇÃO

O jornalismo é um lugar de construção de sentidos na sociedade. Como tal, contribui para a disseminação da cultura vigente, ao mesmo tempo em que pode servir de instrumento para a quebra do padrão estabelecido. O machismo é um desses padrões sociais. As mulheres passam por inúmeras situações na vida em que são consideradas incapazes de algo simplesmente pelo fato de serem mulheres. Encontram menos espaço de expressão na cultura, menos vagas de trabalho em cargos de destaque, ganham menos e precisam trabalhar em dupla jornada, já que são, em geral, responsáveis pelas tarefas domésticas. Como feminista, acredito na igualdade de gênero e, assim como outras mulheres, vivi muito tempo sob a perspectiva de que havia um lugar reservado a mim socialmente, que eu não questionava por considerar “a ordem natural da vida”. A Universidade foi o grande passo para essa quebra de paradigma e a criação do meu interesse pelo tema. Mais do que isso, estudar em uma universidade pública, na capital de um Estado, foi o ponto de virada da minha vida. Foi quando comecei a procurar o meu lugar no mundo segundo minha própria perspectiva. Esse trabalho reflete um pouco isso.

Quando comecei a pensar em uma pesquisa de conclusão de curso, já trabalhava com telejornalismo como estagiária no Sistema Brasileiro de Televisão Rio Grande do Sul (SBT-RS). A minha intenção era associar um interesse pessoal – a causa feminista – com algo que já fizesse parte da minha formação profissional. Pensando em investigar como se estabelece a representatividade feminina dentro de um telejornal, inicialmente defini como meta descobrir as diferenças entre os repórteres homens e mulheres no telejornalismo. Como objeto de estudo, preferi não escolher nenhum programa do Rio Grande do Sul, para evitar que a minha proximidade com as pessoas, que acabaria aparecendo na pesquisa, interferisse nas minhas colocações. Defini o Jornal Nacional como objeto por ser um telejornal conservador dentro da maior empresa de telecomunicações do país. O JN sofre mudanças lentas e graduais, nunca abruptas. É um objeto estável para a criação de um estudo. Entretanto, a tentativa de me afastar o máximo possível dos objetos de estudo – neste caso os repórteres – acabou frustrada quando saí do SBT e entrei como estagiária na TV Globo do Rio de Janeiro, sede do Jornal Nacional (JN).

Entrar na redação do JN pela primeira vez impressiona. O cenário do JN é muito representativo para todos que acompanham o telejornalismo brasileiro. Como estudante, me senti privilegiada em ocupar aquele espaço. Como pesquisadora, decidi manter minha pesquisa

e procurar a melhor maneira de questionar o jornal para o qual eu também contribuía para a construção.

Na redação do JN trabalham jornalistas responsáveis por todos os jornais locais, bem como profissionais dos programas Bom Dia Brasil, Jornal Hoje, Jornal da Globo e, evidentemente, do Jornal Nacional. Todos têm seu trabalho setorizado, mas existem pontos em comum, como a divisão diária de equipes de reportagem, que depende da demanda diária de cada programa. O JN é o principal telejornal da emissora, sempre tratado com prioridade. Na redação, trabalham produtores, editores, apuradores, todos que constroem o jornal, mas não parecem no vídeo.

A minha percepção é de que o número de mulheres na redação é maior do que o de homens. É difícil trazer um número exato, devido a rotatividade de profissionais e funções. Porém, se considerarmos só os jornalistas que compõe a editoria Rio, àqueles que trabalham nas notícias locais para os jornais do estado e do país, as mulheres são aproximadamente 61% dos profissionais, são 44 entre 71. Para esses jornalistas “sem rosto”, não existe aparência ou idade padrão. Porém, poucos jornalistas negros estão presentes. A chefia geral dessa editoria é feita por um homem, Miguel Athayde. Hierarquicamente, abaixo dele estão outros dois chefes – um homem e uma mulher.

Para os jornalistas que trabalham no vídeo, chamados de “talentos” pela empresa, é diferente. Há um padrão mais evidente, principalmente entre as mulheres. Existe uma cobrança implícita entre os colegas da redação para que os repórteres e os apresentadores “fotografem bem”. Nunca soube de uma comunicação oficial da atual chefia sobre a aparência de alguém, embora seja senso comum na redação que para estar no vídeo não se pode ter sobrepeso. Essa ideia se confirma quando vemos no ar majoritariamente mulheres com o peso e altura proporcionais, jovens, brancas e de cabelos lisos. A cobrança pela aparência é tão forte que uma repórter se negou a me dizer a idade, mesmo que eu tenha explicado o objetivo científico da pesquisa. Essa repórter acabou não entrando na tabulação porque ficou fora da amostra, que precisou ser reduzida para poder ser analisada com mais eficiência.

Definido o contexto, ressalto que não vou trabalhar com a qualificação das pautas e das matérias, nem com os sentidos presentes nas reportagens do telejornal: o objetivo geral é analisar que vozes têm lugar de fala na redação do Jornal Nacional, a partir de uma perspectiva de gênero, e como as repórteres e apresentadoras estão representadas dentro da redação. Como objetivos específicos, proponho: a) mapear quantitativamente os jornalistas por sexo e idade;

b) definir as diferenças na construção de apresentadores e repórteres; c) apontar quem são os principais enunciadores dentro da redação, tomando como base a dominação masculina.

No capítulo dois, sobre jornalismo, expus a teoria construtivista (TRAQUINA, 2012), que afirma que o jornalismo é fruto de uma construção social, que passa pelas fontes, a sociedade, e a influência da empresa e dos colegas de profissão, muitas vezes mais importantes do que as próprias crenças de quem está construindo (BREED, 1990). Incluí também princípios básicos do jornalismo, tais como a valorização da democracia e a busca pelo bem comum (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). Os esquemas tipificadores (BERGER; LUCKMANN, 2008) falam sobre a tendência de enquadramento das pessoas em modelos predeterminados, recurso também usado pelos jornalistas. Sobre televisão, incluí os textos de Fischer (2012), Bucci (2005) e Yorke (2007). O manual de Olga Curado (2002) ajuda a compreender melhor as exigências em relação à aparência física dos repórteres.

No capítulo três, sobre gênero, a colocar filosofia política feminista de Beauvoir (2016) fala sobre o machismo criado e disseminado culturalmente, amparado em argumentos biológicos que, segundo a autora, não se sustentam. Os meios de luta que as feministas encontraram, assim como as características do movimento, estão explicadas através do texto de Butler (2006). Usei o texto de Scott (1995) para explicar como os meios de dominação ainda existem, mesmo em uma democracia, e como eles atuam. As diferenças entre homens e mulheres atualmente foram abordadas pela representatividade feminina no cinema, pela diferença de cargos e salários, além de dados colhidos sobre o número de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados e entre os Senadores. Para explicar o modo como a mulher é representada dentro do jornalismo usei dados do *Women's Media Center* (2017) e uma pesquisa de Veiga (2012), sobre o trabalho em um telejornal do Grupo RBS, escrito com o olhar voltado para a perspectiva de gênero.

No capítulo quatro apresento o corpus, que foi concebido a partir de uma semana composta. Seis dias do JN, em meses alternados do ano de 2016. A metodologia usada no trabalho foi a Análise de Discurso (AD) como produção de sentidos e o estudo de vozes. Para a abordagem foram usados textos de Orlandi (2001; 1994), Benetti (2007) e Darde (2006). Por fim, apresento a conclusão e as referências.

Gostaria de fazer uma ressalva: a introdução foi o último capítulo que escrevi nesta pesquisa e é o único enunciado em primeira pessoa: todos os demais capítulos estão narrados em uma voz indistinta, geral e coletiva. Só agora, terminado este trabalho, percebi a importância de me colocar, erguer minha voz e enunciar como mulher, jornalista e autora de minhas ações. A busca

por narrar minha experiência pessoal na introdução falou mais alto e tive que fazer essa opção para que a trajetória de minha pesquisa pudesse ser contada. Não foi uma escolha fácil e sei que pode parecer incongruente, mas reflete meu amadurecimento e minha trajetória.

1. JORNALISMO

As notícias são o resultado de um processo de produção definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) em um produto (as notícias) (TRAQUINA, 2012, p.182). O jornalismo é o meio pelo qual os acontecimentos chegam a público como notícia e, dessa maneira, tornam o que é de interesse deste público conhecido. A ideia de interesse público é muito ampla, assim como o campo de atuação do jornalismo. Um jornalista pode falar de política, economia, problemas sociais, assim como também pode falar sobre cultura, viagens e culinária. Entretanto, mesmo que qualquer assunto possa ser interessante ao jornalismo, o tempo primordial ao jornalista é o presente. Diferentemente de um historiador, o jornalista conta uma história essencialmente da atualidade, mesmo que eventualmente visite o passado ou o futuro para contá-la. Segundo Franciscato (2005, p.147), a novidade é o termo fundamental do jornalismo. Dessa forma, a notícia é a maneira de produzir um relato de novas ações, situações, debates e novas opiniões.

Contudo, para que o acontecimento vire notícia, é preciso um modo de fazer, uma técnica desenvolvida e uma ética padrão da profissão. Há um processo de apuração, checagem e de materialização na notícia. Entre o fato e as pessoas que precisam saber o que aconteceu há um longo caminho, em que informações podem ser perdidas, manipuladas e transformadas. É por isso que, com a profissionalização dos jornalistas, foram estabelecidos valores como a objetividade, a independência e a verdade (TRAQUINA, 2012). No entanto, para Kovach e Rosenstiel (2003, p.15) mais do que a técnica, os princípios e a finalidade do jornalismo são definidos pela função que as notícias desempenham na vida das pessoas.

Ao contar o que acontece os jornais, revistas, rádios, emissoras de televisão e sites da web acabam sendo uma espécie de “janela para o mundo”. Sendo assim, os meios de comunicação e as notícias transformam-se em um meio que as pessoas têm de ver a si mesmas como parte da sociedade. Um jornalista é responsável por apontar problemas, mostrar o que está diferente do que deveria e tornar evidente o que antes estava à margem. Ajuda ainda a identificar os objetivos, os heróis e os vilões de uma comunidade (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p.16). O papel social do jornalismo em uma sociedade, especialmente em uma democracia, é estar a favor da comunidade e contra tudo aquilo que se opõe ao bem do coletivo.

O jornalismo é indissociável do modo como uma sociedade se constrói e se vê. Em retrospectiva, chega a ser difícil separar o conceito de jornalismo do conceito de criação de comunidade e, posteriormente, de democracia (KOVACH, ROSENSTIEL, 2003, p.16). Sendo assim, o jornalismo pode, e deve, ser considerado como produto da própria sociedade onde está contextualizado – fruto das atividades políticas e da cultura das pessoas que participam da sua produção.

Os jornalistas não são simples observadores passivos, mas participantes ativos da construção da realidade. As notícias devem ser encaradas como o resultado de um processo de interação social. As notícias são uma construção social onde a natureza da realidade é uma das condições, mas só uma, que ajuda a moldar as notícias. [...] o mundo social e político não é uma realidade premeditada e “dura” que os jornalistas “refletem” (TRAQUINA, 2012, p.206).

A ideia de que as notícias não são e nem podem ser um espelho fiel da sociedade surgiu nos anos 1970 com a teoria construtivista. Segundo Traquina (2012), a teoria é fundamentada em como as notícias são construídas socialmente. Os meios de comunicação de notícias não podem refletir a realidade com fidelidade, uma vez que a própria notícia é um meio de construir a realidade. As narrativas jornalísticas são marcadas pela cultura de quem fala e do contexto no qual os indivíduos estão inseridos.

Outro ponto abordado é a inexistência de uma linguagem neutra. As palavras carregam significados, simbologias, demonstram preferências e opiniões. Os manuais de redação tentam neutralizar ao máximo essas questões, mas, mesmo assim, estão se posicionando de certa forma. O “Manual de Redação e Estilo” do Estadão (2007), por exemplo, proíbe o uso das palavras “judiar”, “judiaria” e “judiação”, por considerá-las populares e pejorativas. O aconselhamento do uso de sinônimos é também um tipo de posicionamento, o de não discriminação do povo judeu. As palavras citadas carregam um sentido histórico para além do primeiro significado, que está relacionado ao ato de maltratar. Usá-las em qualquer frase torna impossível um reflexo fiel e sem interpretações diversas da realidade.

A própria dinâmica das redações pode influenciar no modo como as notícias são apresentadas. O tempo para estruturar uma notícia pode transformar o modo como é construída, assim como os limites de orçamento e o modo como o trabalho é dividido. A imprevisibilidade dos acontecimentos afeta diretamente a produção de notícias.

As notícias também são resultado da interação entre os próprios jornalistas. O método de apuração e de construção de uma reportagem se modifica e se adapta a partir da troca de

ideias não só entre fontes, mas entre profissionais. Os jornalistas dividem valores como imediatismo, independência e verdade. A partir do momento em que esses valores são considerados essenciais pelos próprios profissionais, o perfil de “bom” e “mau” profissional vai sendo construído. A produção das notícias é construída, também, por meio de um *networking* informal entre os jornalistas e a conexão cultural explorada quando se é membro de determinada comunidade profissional.

Outra expressão crucial da cultura jornalística é a sua maneira própria de ver o mundo. Devido ao papel dos valores-notícia, isto é, os critérios de noticiabilidade que orientam o processo de produção das notícias, gera-se um *group think*, a partilha de “hábitos mentais” que criam fenômenos bem documentados de jornalismo de matilha [...]. A existência de um modo de ver, modo de agir e modo de falar, estabelece um elo de ligação bastante forte entre os membros da diáspora jornalística (TRAQUINA, 2012, p. 204).

A interferência do meio jornalístico nas notícias é levada em conta na teoria organizacional. Segundo essa teoria, o jornalista está envolvido de tal forma com a organização pela qual trabalha que as normas da empresa se manifestam no seu trabalho final. “O jornalista se conforma mais com as normas editoriais da política editorial da organização do que com quaisquer crenças pessoais que ele ou ela tivesse trazido consigo” (BREED, 1999, p.160). Não há uma política editorial declarada assim que um novo profissional chega à empresa. Contudo, ao longo do tempo, os jornalistas da redação sabem o que devem fazer de acordo com a concepção da empresa. Uma vez que o indivíduo está socializado ao contexto, segue naturalmente a política editorial da organização. A teoria se aplica à linha editorial, mas pode também ser vista na padronização de comportamento de pessoas que trabalham dentro de uma mesma organização ou exercem a mesma função em organizações diferentes. Quando tratamos dos repórteres do mesmo telejornal, por exemplo, pode-se observar um padrão de texto, de linguagem, de roteiro de reportagem, de roupas e de aparência. Mesmo que não tenham sido instruídos diretamente, só de estarem inseridos no contexto, os profissionais passam a tentar se enquadrar no molde da organização.

Enquadrar-se nos moldes esperados, principalmente quando não é formalmente solicitado, pode resultar em uma reprodução da sociedade dentro do ambiente de trabalho. Essa reprodução pode ser, por vezes, prejudicial ao jornalismo, que precisa justamente questionar desalinhos sociais. É muito difícil questionar os padrões de beleza impostos, quando parte dos jornalistas – especialmente os de vídeo – se sentem obrigados a repeti-los. É difícil observar a sociedade com um olhar crítico, quando as mesmas “receitas” são repetidas dentro do ambiente

de trabalho. Com o tempo, vão se criando “tipos de pessoas” adequadas a tipos de editoria, por exemplo. O fato de as mulheres participarem muito menos de assuntos ligados ao esporte e, principalmente, ao futebol no Jornal Nacional, como veremos no capítulo 4 dessa pesquisa, exemplifica como o jornalismo, muitas vezes, é incapaz de romper padrões já estabelecidos na sociedade. A realidade da vida cotidiana contém esquemas tipificadores que dividem as pessoas em características e intermediam a relação entre elas. Relação que se estabelece mesmo antes que dois indivíduos se conheçam (BERGER; LUCKMANN, 2008).

A realidade social da vida cotidiana é portanto apreendida num contínuo de tipificações, que se vão tornando progressivamente anônimas à medida que se distanciam do “aqui e agora” da situação face a face. [...] A estrutura social é a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas. Assim sendo, a estrutura social é um elemento essencial da realidade da vida cotidiana (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 52).

Segundo Breed (1999) esse enquadramento acontece por diversos motivos, como o temor por sanções no trabalho, sentimento de obrigação com os superiores e aspirações de mobilidade. O autor ainda afirma que o prazer da atividade do jornalista o faz querer tanto a notícia publicada quanto os seus superiores, o que é um interesse comum partilhado. Além de tudo, há um conformismo com as condições de trabalho e os sindicatos pouco interferem em assuntos internos.

É importante lembrar que as notícias estão inseridas em um contexto comercial. O jornalismo é um produto de comercialização desde o século XIX, quando a indústria da notícia se desenvolveu, criou empregos e grandes triagens e os jornais passaram a ser impressos (TRAQUINA, 2012). Com o passar do tempo e a profissionalização da atividade, o lucro passou a ser visado, como é até hoje. Quando tratamos de jornalismo, não podemos esquecer que, em um contexto capitalista, as notícias estão inseridas na lógica de mercado. É importante produzir mais e melhor, com o menor custo.

Todas as empresas jornalísticas, com a exceção das empresas públicas, enfrentam mais tarde ou mais cedo a tirania do balanço econômico final, ou seja, a comparação entre os custos e as receitas [...]. Na televisão, a publicidade impõe sobretudo a lógica das audiências, seguindo a lógica “mais audiência, mais receitas publicitárias”. Assim sendo, o conteúdo noticioso do jornal televisivo pode ser influenciado pela dimensão econômica: são incluídos no noticiário os acontecimentos noticiosos que julgam ser do maior interesse para o maior número de público (TRAQUINA, 2012, p. 160).

Entretanto, o jornalismo exerce uma responsabilidade social que é diferente, por exemplo, da do entretenimento. Por mais que algumas notícias de menor importância possam ser mais bem aceitas, são os acontecimentos de maior relevância que encontram espaço. Mesmo que os acontecimentos não sejam agradáveis ou não tenham apelo comercial. O telejornalismo é necessário, dentro de uma ótica capitalista, para dar credibilidade à emissora em questão. É parte da responsabilidade social que a empresa firma com a sociedade.

No entanto, não é em qualquer sociedade e em qualquer sistema político que o jornalismo se constrói livremente. É por isso que a liberdade de imprensa está também muito ligada à democracia. Kovach e Rosenstiel (2003, p.16) definem a principal finalidade do jornalismo como “fornecer aos cidadãos a informação de que precisam para serem livres e se autogovernarem”. Os autores tratam a promoção da democracia como um valor basilar, mesmo quando o jornalismo trata de assuntos menores ou com certa dose de sensacionalismo.

A teoria construcionista admite que as notícias não podem retratar a realidade tal como um espelho. No entanto, “o paradigma das notícias como construção não implica que as notícias sejam ficção” (SCHUDSON apud TRAQUINA, 2012, p. 170). A verdade é a segurança que um indivíduo espera quando busca a notícia.

[...] dizer que uma notícia é uma estória não é de modo algum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna (TUCHMAN¹ apud TRAQUINA, 2012, p.171).

A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade. Este é um princípio tão absolutamente unânime quanto complexo. “Toda gente concorda que os jornalistas devem dizer a verdade. Contudo, o significado de ‘verdade’ causa perplexidade nas pessoas” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 36). A verdade nem sempre é simples de ser encontrada e relatada. A discussão sobre a verdade suscita, primeiramente, o questionamento sobre a existência de uma verdade absoluta dos fatos. Outra questão é como um jornalista, que traz consigo um mundo próprio de referências, pode olhar para um fato com tanta clareza que possa contá-lo de forma “exata”, sem interpretações. Quando está exercendo o jornalismo, o profissional não abandona a pessoa que é em sociedade: suas opiniões políticas, por exemplo, podem não estar expressas literalmente no texto, mas provavelmente norteiam a escolha de pautas, contato com fontes e

¹ Gaye Tuchman (1976/1993): 262. “Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen’s Notions of Objectivity”. American Journal of Sociology. Vol 77. 4. 660-678.

palavras selecionadas. Entretanto, a percepção da inexistência de uma verdade única e inabalável não permite que um jornalista subestime a importância da busca por ela. As notícias são um produto centrado no referente, onde a invenção e a mentira são violações das mais elementares regras jornalísticas. Assim, o referente, ou seja, “a realidade”, não pode deixar de ser um fator determinante no conteúdo noticioso (TRAQUINA, 2012, p. 151).

1.1 Telejornalismo

Os telejornais são a forma mais tradicional de transmitir notícias pela televisão. Segundo Olga Curado (2002), o Brasil segue o modelo americano de distribuição de notícias pela grade de programação da TV. Cada jornal possui seu próprio perfil, logomarca, vinheta e cores principais. Essa diferenciação é importante para que todos os produtos sejam pensados como únicos para o público que assiste à televisão naquela hora. Normalmente, jornais vespertinos são mais leves, exibem menos matérias de polícia e mais de comportamento. Isso acontece porque é exibido no horário do almoço, quando a família geralmente se reúne, incluindo crianças. Porém, mesmo que cada jornal seja pensando de maneira diferente, dentro de uma mesma emissora há uma homogeneização de linguagem e de linha editorial. Todas as grandes redações possuem seu próprio manual de estilo, estipulando o tipo de linguagem mais adequada a ser empregada (YORKE, 2007, p.55).

O trabalho de jornalismo na televisão é muito segmentado, existem profissionais específicos – incluindo a parte técnica – que cumprem tarefas diferentes em cada etapa de produção. Uma matéria para ir ao ar passou, pelo menos, por quatro etapas diferentes: produção, reportagem, edição de texto e edição de vídeo. Ainda existem outras etapas mais específicas, tais como trabalho de decupagem e pesquisa em acervo, que podem ser feitas por profissionais não ligados especificamente a nenhuma das etapas citadas.

A chefia também é dividida. Cada jornal está sob comando do próprio editor-chefe. Entretanto, é comum que os repórteres sejam comandados pelo chefe de reportagem e os produtores pelo chefe de produção, mesmo que todos trabalhem para o mesmo jornal. Essa segmentação é positiva, pois mantém cada profissional preocupado com uma única etapa do processo, sem fazer com que se desconecte com as demais. Entretanto, para Curado (2002, p.28), “Quanto mais horizontal for organizada a redação, com menos chefes ou escalas – no sentido figurado e fisicamente – mais fácil será o seu funcionamento”.

O trabalho em televisão lembra o das linhas de montagem das fábricas, em que cada operário é responsável por uma etapa da produção. O repórter quase nunca sabe qual vai ser a próxima matéria. Normalmente, cada dia cobre um assunto diferente. Antes de um repórter sair para a externa, a produção checa a relevância do tema, os dados, os fatos e as fontes a fim de justificar a reportagem (BISTANE; BACELLAR, 2008, p. 51).

A reportagem exibida é resultado de um trabalho coletivo, de pessoas diferentes com responsabilidades e talentos distintos. Tratando-se só dos jornalistas, são pelo menos sete funções específicas: apurador, produtor, editor de texto, editor-chefe, editor-executivo, chefe de reportagem e repórter. No entanto, a função de repórter é a mais conhecida do público.

Não importa de que forma o dicionário defina a função jornalista, a percepção do papel do repórter pelo público – sempre influenciada pela ficção e pela experiência adquirida na leitura diária de notícias nos jornais e pelo acompanhamento no noticiário nas emissoras e rádio e televisão – é a de que é ele quem faz a matéria (YORKE, 2007, p.130).

O jornalista que aparece no vídeo nem sempre participa de todas as etapas e, dificilmente, conseguiria fazer tudo sozinho, uma vez que a parte técnica de captação de imagens – feita pelo cinegrafista ou repórter cinematográfico – e edição de vídeo exigem uma formação específica. No entanto, o trabalho de repórter de TV tem especificidades diferentes do de um repórter de impresso ou de rádio. Esse profissional precisa desenvolver habilidade de interpretação de texto, expressão corporal, cuidado com os gestos e com a postura, além de ter a voz bem treinada, com boa dicção e clareza. “Uma boa voz, bem colocada, ajuda a compreender o que está sendo dito [...] a voz diz muito sobre a pessoa. Revela se estamos confiantes ou inseguros” (BISTANE; BACELLAR, 2008, p.101).

Além do conteúdo da matéria, o repórter precisa se preocupar em como fala e como aparece no vídeo, para que sua imagem não esteja em desacordo com o que está sendo dito.

A desatenção no uso da voz e a negligência ao visual produzem ruídos na comunicação. Profissionais especializados (estilistas, fonoaudiólogos, otorrinolaringologistas) avaliam e aconselham o jornalista de televisão para que este revele o melhor do seu potencial vocal e o melhor da sua aparência (CURADO, 2002, p. 54).

Todos esses fatores contribuem para a construção da credibilidade de um repórter². Mesmo que outros jornalistas tenham colaborado com a reportagem, é quem aparece no vídeo que tem que ser convincente aos olhos do público.

Ao informar, o repórter, narrador ou âncora ocupa, na TV, o vídeo. A câmera captura a sua imagem e os microfones ampliam sua voz. A maneira como se relaciona com a câmera e o microfone acaba por traduzir o que vagamente se convencionou chamar em televisão de “presença de vídeo”. A presença de vídeo é a avaliação subjetiva, nem sempre formulada de maneira precisa, mas entendida como sendo a aceitação maior ou menor, pelo público, da imagem do jornalista (CURADO, 2002, p. 53).

Entretanto, a “presença de vídeo” – expressa com proximidade, empatia e confiança – não substitui um bom texto, boas imagens, edição e trabalho ético e eficiente. Curado (2002) fala sobre vestimenta adequada, o uso de pouca maquiagem e o comprimento ideal dos cabelos. Entretanto, nenhuma dessas preocupações deve ser maior do que o conteúdo da matéria exibida. A adequação estética só existe para que o conteúdo não seja prejudicado. Em hipótese nenhuma deve ser o objeto de atenção principal de um repórter.

Mesmo quando não se trata de entretenimento, aparecer muitas vezes na televisão acaba transformando um rosto anônimo em um rosto conhecido do público. Alguns apresentadores de telejornais são famosos, aparecem em capas de revista, têm o comportamento observado e imitado. Suas opiniões são levadas em consideração e são repercutidas, especialmente as mais polêmicas (YORKE, 2007, p.3). Todo aparecimento de repórter, seja trabalhando ou não, afeta a visão que o público cria dele e, por consequência, a sua credibilidade.

1.2 O Jornal Nacional

O Jornal Nacional (JN) tem a duração aproximada de 30 minutos e começa por volta das 20h30min, tendo, em média, três blocos. É apresentado por Renata Vasconcellos e William Bonner, também editor-chefe. “O objetivo do telejornal é mostrar o que de mais importante

² A tipificação (BERGER; LUCKMANN, 2008) é a maneira que culturalmente a sociedade usa para poder empreender relações de imediato com o outro. Ao analisar um estranho pela idade, tipo de vestimenta, palavras que usa, imediatamente se tem uma imagem mental de quem ele é de como se pode falar com ele. Por isso, a linguagem e as roupas são tão importantes na sociedade, e quem busca destaque usa um jargão e um “uniforme” específicos. A tipificação se atenua a partir do momento em que se conhece o interlocutor na intimidade, mas sempre carrega um sentido que continua a agir na relação com o outro.

aconteceu no Brasil e no mundo naquele dia, com isenção, pluralidade, clareza e correção” (BONNER, 2009, p.18). A previsão do tempo ocupa um espaço fixo no programa e é apresentada pela jornalista Maria Julia Coutinho.

O JN começou a ser exibido na TV Globo no dia primeiro de setembro de 1969, com imagens ainda em preto e branco. Foi o primeiro telejornal brasileiro com abrangência em todo território do país. O jornal foi criado por Armando Nogueira, então diretor de jornalismo da TV Globo. Os primeiros programas tinham cerca de quinze minutos e eram divididos em três editorias: regional, nacional e internacional. Desde o princípio até hoje, foi exibido de segunda-feira a sábado.

Três anos mais tarde, em 1971, o então editor-chefe, Humberto Vieira, assumiu um cargo de chefia na recém inaugurada Globo Brasília. O comando do JN passou para as mãos de uma mulher, Alice-Maria Reiniger. Em entrevista publicada no livro *Elas Ocuparam as redações, depoimento ao CPDOC* (2006), organizado por Alzira Alves de Abreu e Dora Rocha, a jornalista afirmou que houve uma época em que ela era a única mulher na redação. Ela conta que, certa vez, recebeu um “elogio” de um colega da engenharia: “Você trabalha tão bem quanto um homem”.

Diversos apresentadores já passaram pela bancada do programa. Entre eles Cid Moreira que, segundo o Portal Memória Globo³, repetiu a despedida característica – “Boa noite” – quase oito mil vezes nos 27 anos em que esteve à frente do jornal. Além dele, também foram apresentadores principais Hilton Gomes, Ronaldo Rosas, Sergio Chapelin, Heron Domingues, Lillian Witte Fibe, Fátima Bernardes, Patrícia Poeta e William Bonner, que ainda está na bancada do jornal, dividindo o espaço com Renata Vasconcelos. Outras três jornalistas passaram pela bancada por períodos específicos: Marcia Mendes, Ana Paula Padrão e Christiane Pelajo.

Antes de Renata Vasconcelos, Bonner já dividiu a bancada oficialmente com outras quatro mulheres. A primeira foi Lillian Witte Fibe, quando assumiram juntos, em março de 1996. Em seguida, Sandra Annerberg entrou na apresentação durante um período intermediário de um mês. Ela foi a segunda mulher a participar do programa do estúdio em frente às câmeras. Antes da bancada, em 1991, Annenberg apresentava a previsão do tempo. A primeira a ocupar

³ Documento eletrônico não paginado.

a bancada, foi Valéria Monteiro, que apresentou um quadro de noticiais no período das Olimpíadas e fazia o revezamento aos sábados. Sandra continua na emissora, como apresentadora titular do Jornal Hoje e no rodízio de apresentadores aos sábados no JN.

Depois de Sandra, quem dividiu bancada com Wiliam Bonner foi Fátima Bernardes. A dupla esteve à frente do JN por quase 14 anos. Os dois foram casados durante todo o período que trabalharam juntos na apresentação do telejornal. Segundo Fátima (DE ABREU; DE PAULLA, 2006, p.260), em 2004 ela trabalhava em uma equipe mista com muitas mulheres, contudo, poucas profissionais ocupavam áreas técnicas como editoras de VT. A jornalista também reconhece que havia poucas chefes mulheres e admitiu que ela mesmo não poderia ter a rotina Bonner, editor-chefe e então seu marido, por causa do que ela chamou de “dupla jornada”, que significa trabalhar como editora-chefe das 10h às 21h30 e, como mãe, conseguir levar os filhos na escola. A jornalista fala que a “divisão de trabalho em casa já é melhor, ou seja, já dá para contar com o marido em várias coisas -, mas não é igualitária” (BERNARDES, apud DE ABREU; DE PAULLA, 2006, p.272). Na década de 1960, Beauvoir já tinha falado sobre como, mesmo trabalhando, as obrigações da vida doméstica seriam sempre reservadas às mulheres (BEAUVOIR, 2016).

Na sequência, quem apresentou o jornal junto com Bonner foi Patrícia Poeta. A jornalista apresentou o JN por três anos. Assim como Fátima, começou a trabalhar com entretenimento depois que deixou o jornal.

Entre a primeira vez que uma jornalista – Valéria Monteiro – apresentou o jornal e o surgimento de uma bancada formada somente por mulheres passaram-se 18 anos: Sandra Annenberg e Patrícia Poeta atuaram juntas em 2014 em uma única edição, no dia 08 de março, para marcar o Dia Internacional da Mulher. Na ocasião, todos os programas da emissora foram apresentados por mulheres. Desde então, eventualmente duas mulheres apresentam juntas uma edição do programa aos sábados durante o rodízio de apresentadores. Atualmente participam do rodízio Ana Luíza Guimarães, Ana Paula Araújo, Carla Vilhena, Giuliana Morroni, Monalisa Perroni e Sandra Annenberg. Uma bancada fixa de duas mulheres diariamente nunca aconteceu.

Não há nenhuma pesquisa acadêmica publicada que fale sobre os repórteres no JN. Os dados no portal Memória Globo⁴ não falam sobre todos os repórteres que atuaram nos jornais da casa, apenas conta a biografia de alguns. No entanto, na página do Jornal Nacional, dentro do portal Memória Globo, consta quem fez a primeira entrada ao vivo da história do telejornal: a repórter Glória Maria. Em junho de 1977, a repórter falou sobre o engarrafamento de fim de tarde.

Segundo o Memória Globo, em 1974, com a implementação de um equipamento portátil que permitia que uma equipe na rua enviasse imagens diretamente do local para a emissora, os repórteres passaram por um treinamento específico e passaram a ser mais exigidos quanto ao conteúdo, ao improviso e à memorização. Depois da nova tecnologia chegar a todas as equipes, a emissora fez um treinamento que ensinava ao profissional de vídeo como segurar microfone, evitar a gesticulação excessiva, moderar as reações fisionômicas e colocar a voz de maneira adequada.

⁴ Documento eletrônico, não paginado, sem data de publicação.

2. GÊNERO

Estudar gênero é pensar como a diferença social entre homens e mulheres contribui para a concepção que temos sobre nós mesmos. Apontar diferenças entre os sexos é uma construção social que vai além da biologia e a definição de papéis sociais com base no gênero é uma forma de interferir no modo como a humanidade se constrói e se vê de geração para geração. Há uma relação de dominação a partir do momento em que os espaços de poder são reservados a certos agentes.

A humanidade é pensada sob uma ótica masculina, por isso o feminino não pode ser definido sem o masculino, não é considerado independente. Para Beauvoir (2016), a mulher não é vista como um ser autônomo. Dessa maneira, as mulheres tendem a ver a si mesmas através da visão dos homens, uma vez que são eles quem detêm os espaços de poder e, majoritariamente, detêm o direito de determinar valores morais. No senso comum, construído historicamente, os homens seriam mais fortes, superiores e líderes naturais, diferentemente das mulheres, que seriam frágeis, nascidas para cuidar do lar e da prole. Beauvoir (2016) justifica seus estudos mostrando como ao longo dos séculos as mulheres foram consideradas inferiores por diferentes autores, como Aristóteles, São Tomás de Aquino e Julien Benda⁵. O primeiro afirma que “a fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades” (ARISTÓTELES, 2016, p.12), já o segundo diz que “a mulher é um homem incompleto” (SÃO TOMÁS, 2016, p.12), e o terceiro “o homem é pensável sem a mulher. Ela não, sem o homem” (BLENDA, 2006, p.13).

Existem vários elementos na formação de identidade da sociedade, tais como a raça e a origem social. O gênero é outro e é muito significativo porque transpõe os outros: mesmo entre raças ou classes sociais distintas, o homem e a mulher sempre representam duas categorias de pessoas essencialmente diferentes. Segundo Scott (1995, p.91) o gênero é uma forma de primeiramente significar as relações de poder, é uma das referências pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado, por exemplo. As diferenças percebidas entre os sexos são um elemento de identificação. Dessa forma, as ações de uma mulher não são vistas de maneira

⁵ As frases de Aristóteles e São Tomás são citadas por Simone Beauvoir no capítulo introdutório de “O Segundo Sexo” (2016, p.12), sem referência de onde foram publicadas. A frase de Julien Benda no livro *Le Rapport d'Uriel*, publicado pela primeira vez em 1946.

isolada, mas dentro de um contexto que já a agrupa como categoria feminina, julgando, assim, todas as mulheres pela ação de uma só. Dessa maneira, uma mulher julgada com base na ideologia de gênero antes mesmo de ser percebida como um indivíduo. “Me parece agora que o lugar das mulheres na vida social-humana não é diretamente o produto do que ela faz, mas do sentido que as suas atividades adquirem através da interação social concreta” (ZIMBALIST, Michelle⁶ apud SCOTT, 1995, p.86). Ou seja, somente por seu gênero, uma mulher já é julgada como pertencente a essa categoria, como se seu gênero definisse quem ela é e suas ações, como se ser mulher fosse um conjunto de características pré-definidas e todas fossem igualmente adequadas ao enquadramento.

Quando um homem determina o que é ser mulher, ele a está limitando, definindo para ela um espaço restrito. Estipular uma zona de domínio exclusivamente feminino, como a casa, a criação dos filhos e os afazeres domésticos, é criar uma falsa sensação de igualdade. Não existe igualdade uma vez que aos homens cabem os espaços de poder, fazendo com que a mulher se torne dependente. Ter a mulher restrita ao seu pequeno espaço doméstico é uma forma de manutenção do poder de gênero dominante, o dos homens. Enquanto elas estiverem circulando nesses pequenos espaços, não interferem no poder masculino.

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; [...] (BOURDIEU, 2010, p. 18).

A luta pela dominação é inerente ao ser humano. Foi base da construção de civilizações e persiste até hoje manifestada na opressão de raça, classe social e gênero. “Quando duas categorias humanas se acham presentes, cada uma delas quer impor à outra sua soberania” (BEAUVOIR, 2016, p. 12). O poder cresce a partir da diferença entre dois humanos, quando um deles usa certa vantagem para se impor. Segundo a autora, o privilégio que levou os homens a essa soberania foi, primeiramente, a força física, necessária nos primórdios da humanidade. A gravidez, o parto, a menstruação, as mudanças hormonais faziam da mulher mais frágil para exercer a função de caçadora ou de defensora do grupo. Bourdieu, aponta as diferenças biológicas entre os sexos e a anatômica entre os órgãos sexuais como a “justificativa natural da

⁶ Michele Zimbalist Rosaldo, “The uses and abuses of Anthropology: Reflections on Feminism and Cross-Cultural Understanding”, *Signs*, 5 (Spring 1980), p. 400.

diferença socialmente construída entre os gêneros, principalmente, da divisão social do trabalho” (BOURDIEU, 2010, p.20). Entretanto, as necessidades humanas mudaram. A gravidez pode ser planejada e as consequências de mudanças biológicas controladas. Mesmo que em alguns setores profissionais a força ajude, ela não é mais determinante para a sobrevivência, tampouco necessária ao trabalho. A sociedade evoluiu, contudo, há ainda a tentativa de negar a igualdade social, trabalhista, financeira e política entre os gêneros. A procura de meios para reafirmar a dominação masculina permanece⁷.

A origem da dominação pode ser explicada por estes primeiros comportamentos e necessidades humanas. Todavia, o que mantém todo esse sistema até a atualidade são costumes e convenções sociais, pois os argumentos mais fortes utilizados em favor da dominação masculina são de origem cultural e não biológica. O machismo, considerado como uma norma cultural que abrange todas as características verdadeiramente “masculinas”, que mudam de cultura para cultura, mas em geral estão ligadas à força, à virilidade e à coragem. No Brasil, o machismo é mais do que o comportamento dos homens, “dita que é bom e até natural que eles controlem o mercado, o governo, e a atividade pública, e que as mulheres sejam subordinadas a eles”. (Neuhouser⁸ apud Baldwin, da Rosa, DeSouza, 2000, p. 490). Esse pensamento, é fruto de uma construção diária, pode estar no modo em como as crianças são ensinadas, nas brincadeiras infantis, na literatura, no cinema e em qualquer outra manifestação artística da sociedade. A cultura é a maneira que as pessoas definem sua existência, determinam o que é bonito, o que é certo, o que é justo e o que é moral. A religião, a sexualidade, o vestuário, a culinária e o modo como se vive são produtos sociais. Enquanto a biologia é controlada pela natureza e pela capacidade de adaptação, a cultura é determinada pela ordem simbólica (CHAUI, 2008).

A construção social do que é gênero também é abordada por Butler (2003). A autora explica que a construção social que separa o que é “coisa de homem” e “coisa de mulher” não se aplica aos homossexuais da mesma forma, provando que não é a biologia que define a existência de diferentes habilidades e papéis para cada gênero, mas a cultura. Butler (2003,

⁷Como iremos mostrar ainda neste capítulo, a dominação dos homens sobre as mulheres só existe porque hegemonicamente é negociada: assim como há homens que buscam derrubar os padrões de gêneros e a dominação do masculino, há mulheres que lutam para que esses padrões e a dominação continuem como são. É um movimento social complexo, profundo, e que não se resume apenas a uma polarização entre homens de um lado e mulheres de outro, mas a esferas de poder.

⁸Neuhouser, K. (1989). Sources of Women’s power and status among the urban poor in contemporary Brazil. *Sings*, 14, 685-702.

p.161) afirma que a determinação de uma distinção social entre os gêneros existe como uma forma de organização social da reprodução sexual, por isso, os homossexuais não se encaixariam nessas categorias. Para Witting (2003)⁹ “[...] uma lésbica deve ser qualquer outra coisa, uma não-mulher, um não-homem, um produto da sociedade e não da ‘natureza’, porque não há ‘natureza’ na sociedade”. Dessa maneira, a divisão de gênero em dois “sexos” é um meio de opressão de mulheres heterossexuais, ao inferiorizá-las, e das homossexuais, ao excluí-las. O mesmo se aplica aos homens homossexuais, que não obedecem à ordem opressora dos homens heterossexuais, sendo inferiorizados, não considerados como machos em sua totalidade.

A representação feminina em diferentes meios da sociedade é essencial para que este ciclo de dominação seja extinto. Algumas profissões do nosso tempo, principalmente as que são relacionadas às ciências e à matemática, são consideradas masculinas e as licenciaturas femininas. É um conceito que permeia a sociedade de tal forma que, segundo dados do INEP¹⁰, em 2016, 71% dos estudantes de licenciatura do país eram mulheres. Outro levantamento no INEP¹¹, de 2015, constatou que do número de concluintes em cursos de engenharia, apenas 29% eram do sexo feminino. Há vários exemplos de como a falta de representação real ou imaginária exclui a mulher de outros espaços, inclusive na arte. Segundo dados do Centro de Estudos para Mulheres em Televisão e Cinema da Sandiego State University (LAUZEN, 2017), quem faz produção audiovisual nos Estados Unidos são os homens. Atrás das câmeras, principalmente nos cargos de elite – considerados aqui como roteiristas, diretores, criadores, produtores executivos e diretores de fotografia –, apenas 28% dos profissionais são mulheres. O mesmo estudo aponta que, entre os personagens de filmes com falas, as mulheres representam somente 40% do total. O número reduz muito quando mencionamos diferenças raciais: dentro de todos os personagens femininos, que já são minoria, as latinas representam apenas 5% dos personagens que falam, as asiáticas 7% e as negras 21%.

Mulheres são uma minoria social muito heterogênea, pois há diferenças de representação e oportunidades muito grandes entre todas se consideradas as questões raciais e financeiras. De acordo com Butler (2003), os estudos feministas, ou mesmo a militância, correm

⁹ Documento eletrônico, sem paginação.

¹⁰ Censo da Educação Superior. INEP 2016.

¹¹ Censo da Educação Superior. INEP 2015.

risco a todo momento de serem generalistas, não considerar as diferenças entre todas as mulheres e as subdivisões de representatividade. A autora considera que o grande – e à primeira vista único – elo da luta feminista é justamente a oposição ao homem. Sendo assim, o grupo de feministas não é coeso e não busca as mesmas coisas ao mesmo tempo. Existem subdivisões de raça, de classe, de sexualidade. Dessa forma, a luta por igualdade de gênero está condenada a repetir a lógica vigente de poder vertical se não romper mais radicalmente com os parâmetros sociais estabelecidos até o momento por homens. A força para manter a unidade de um grupo tão diversificado pode ser justamente o que condenará a luta ao fracasso. A autora propõe que as diferenças, em vez de abafadas, sejam evidenciadas. “Talvez as coalizões devam reconhecer suas contradições e agir deixando essas contradições intactas” (BUTLER, 2003 p. 35).

Quando mulheres insistem em passar pela barreira do preconceito e exercer uma profissão “de homem”, são tratadas como exceções à regra, e não como se dessem o primeiro passo para a inserção de outras mulheres naquele espaço. Há uma resistência masculina contra a tomada de espaço pelas mulheres e um senso comum que determina a incapacidade delas para certas áreas. A representação feminina em diferentes contextos sociais é um ato político de busca pela visibilidade e legitimidade das mulheres. A verdadeira representação e tomada de espaço, distorce tudo o que é tido como verdadeiro quanto ao que cabe a uma mulher fazer e a que universos permear (BUTLER, 2003). Quando os homens ainda ocupam a maioria dos espaços de poder – política, ciência, cultura – cada espaço de representatividade conquistado por mulheres conta.

2.1 O significado de ser mulher

Em uma definição biológica, Beauvoir (2016) cita que, conceitualmente, a diferença entre os gêneros é a de que a mulher é portadora de um ovário, uma fêmea. Porém, a autora admite que essa visão simplifica demais as diferenças, mesmo que no campo biológico. Há uma complexidade na natureza feminina que não se vê nos homens. Segundo a autora, os meninos nascem e crescem regularmente até os 15 ou 16 anos, quando começa a produção de hormônios. A partir da adolescência, os meninos iniciam a vida sexual e, dessa forma, reconhecem-se como homens e seu corpo como parte de quem são. A história da mulher é mais complexa, já que as meninas passam por transformações diversas ao longo da vida: a primeira menstruação, todos os ciclos menstruais que podem afetar profundamente o seu corpo e humor em um curto período de tempo, as mudanças hormonais da gravidez e a menopausa. Essa complexidade biológica mencionada pela autora é sentida durante toda vida e o reflexo social das mudanças físicas que

uma mulher enfrenta são constantes. Com a instabilidade imposta pela natureza, surgem as podas sociais como reflexo. As mulheres acabam sendo consideradas incapazes, frágeis e inconstantes.

Acompanhando as mudanças físicas, surgem novas definições de como se comportar corretamente. Com o crescimento, vem o aprendizado de normas sociais, cada vez mais presentes, à medida que a menina vai se tornando adulta. As meninas geralmente aprendem desde muito que pequenas que quando se usa saia é preciso cruzar as pernas, por exemplo. O corpo de uma adolescente não é mais seu, como o de criança era. O corpo de uma adulta ainda menos. “Da puberdade à menopausa, [a mulher] é o núcleo de uma história que nela se desenrola e não lhe desrespeita pessoalmente” (BEAUVOIR, 2016, p 55). O comportamento padrão precisa ser aprendido a cada nova fase. Segundo Bourdieu (2010, p.39), há uma espécie de confinamento simbólico assegurado pelas roupas das mulheres, uma tentativa de fragilizá-las. Esse confinamento, segundo o autor, era mais evidente no passado, mas ainda pode ser percebido no presente, com roupas que limitam o movimento ou que são uma imposição social, como o salto alto e o sutiã, respectivamente.

Beauvoir (2016) não define o comportamento do ser humano como impulsionado somente pela natureza. A autora fala sobre a teoria do materialismo histórico, que define a humanidade não como uma simples espécie animal. Segundo Beauvoir, os humanos não são passivos em relação à natureza, sofrendo suas consequências. Os humanos tomam a natureza em suas mãos, como agentes ativos.

Assim, a mulher não poderia ser considerada apenas um organismo sexuado: entre os dados biológicos, só têm importância os que assumem, na ação, um valor concreto; a consciência que a mulher adquire de si mesma não é definida unicamente pela sexualidade. Ela reflete uma situação que depende da estrutura econômica da sociedade, estrutura que traduz o grau da evolução técnica a que chegou a humanidade (BEAUVOIR, 2016, p.83).

Butler (2003) também estabelece um desacordo entre natureza e cultura quando diferencia sexo e gênero. Admite sexo como algo da natureza, a princípio imutável, e gênero como uma construção social. Sendo assim, o gênero é fluido, não necessariamente ligado ao sexo. A autora cita um ensaio da antropóloga Gayle Rubin¹², no qual Rubin afirma que o

¹² Gayle Rubin, “The Traffic of Women: The ‘Political Economy’ of Sex” [“Tráfico de mulheres: a ‘economia política’ do sexo”], publicado em 1975. P.189.

feminino e o masculino são aspectos relacionados à natureza, portanto ao nascimento. No entanto, o fato de alguém se tornar um homem ou uma mulher, com traços de gênero, é resultado da cultura. Antes dessa imposição social, “cada criança contém todas as possibilidades sexuais acessíveis à expressão humana” (RUBIN apud BUTLER, 2003, p.112). Portanto, a diferença entre os gêneros não pode ser explicada pela natureza, uma vez que não é o aspecto físico que determina o comportamento de toda uma vida, são as convenções sociais.

Se o gênero são significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada ao seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre os corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos (BUTLER, 2003, p.24).

A aparência física está entre os atributos mais valiosos, esperados de uma mulher. Muitas vezes se sobrepõe a qualquer outro aspecto da personalidade ou da habilidade que ela possua. Diferentemente dos homens, a aparência de uma mulher tem grande peso na constituição de seu ser. As mulheres de mais idade, as fora do padrão de beleza determinado pelo contexto em que vivem são marginalizadas, independentemente do que a cultura da época considere como beleza, seja a magreza, a gordura, a pele queimada ou branca. O ajuste é necessário para a aceitação social. O cabelo crespo é alisado quando o liso é sinônimo de beleza, a exposição ao sol é feita sem medida quando o bronzeado é sinal de pele bonita. Dados da Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética (2013) mostram que, em 2013, mais de 20 milhões de mulheres fizeram cirurgia plástica. Esse número corresponde a 87% do total de procedimentos em todo o mundo, sendo a maioria de aumento de mamas e lipoaspiração. “O ideal de beleza feminina é variável, mas certas exigências permanecem constantes. Entre outras, exige-se que seu corpo ofereça as qualidades inertes e passivas de um objeto” (BEAUVOIR, 2016, p. 220).

Valorizar tanto a beleza feminina interessa à lógica de dominação masculina. Enquanto elas estão preocupadas em se adequar, estão longe de espaços de poder. Beauvoir (2016) vai ainda mais longe. Pontua costumes e modas que foram criados a princípio para destacar e valorizar a beleza feminina como sendo, na verdade, feitos para separá-las da transcendência das regras estabelecidas e acentuar a impotência. Usa como exemplo costumes de comunidades ao longo de diferentes épocas.

Os costumes, as modas são muitas vezes utilizados para separar o corpo feminino da transcendência: a chinesa de pés enfaixados mal pode andar; as garras vermelhas da estrela de Hollywood, privam-na de suas mãos; os saltos altos, os coletes e anquinhas, as crinolinas destinavam-se menos a

acentuar a linha arqueada do corpo feminino do que a aumentar-lhe a impotência (BEAUVOIR, 2016, p.221).

Mesmo que não se usem mais as mesmas vestimentas, atualmente os exemplos de procedimentos estéticos limitadores da liberdade feminina são ainda mais amplos. O espartilho não é mais obrigatório, mas os meios de privar a independência feminina se renovam. Onde a obsessão pela beleza domina, não sobra espaço para busca de igualdade.

No caso das mulheres, a ideologia vai longe, já que nossos corpos, assim como nossas mentes, são os produtos dessa manipulação. Em nossas mentes e em nossos corpos nos fazem corresponder, traço a traço, com a ideia de natureza que tem sido estabelecida para nós (WITTING, 2003).

A beleza priva a mulher de ocupar espaço e a tira do lugar de observadora, para colocá-la como observada: a grande inspiração dos poetas, a fonte de coragem dos guerreiros, a força do pai de família que volta para casa vitorioso depois de mais de um dia de trabalho. Disfarçada de musa, é sempre espectadora: “A Musa não cria nada por si mesma; é uma Sibila ajuizada que docilmente se fez serva de um senhor” (BEAUVOIR, 2016, p.249).

2.2 Diferenças de gênero

A relação de dominação do homem sobre a mulher reserva a ele tudo o que está fora de casa: os espaços públicos, os atos de coragem, a caça, a guerra, a política. Enquanto à mulher cabe o espaço doméstico, as tarefas da casa, o cuidado com os filhos, com os animais, com a saúde e beleza. O que poderia essa mulher, pelo senso comum masculino, com a participação limitada a tudo o que é doméstico, privado, escondido, senão confirmar que é menos capaz que o homem para lidar com o mundo exterior.

[...] confirmando assim, e antes de mais nada diante de seus próprios olhos, que elas estão naturalmente destinadas ao baixo, ao torto, ao pequeno, ao mesquinho, ao fútil, etc. Elas estão condenadas a dar, a todo instante, aparência de fundamento natural à identidade de minoria que lhes é socialmente designada (BOURDIEU, 201, p. 41).

Para Scott (1995), as diferenças de gênero não são apenas domésticas, de parentesco. O mercado de trabalho também é sexualmente segregado, assim como a educação e a política. Dessa forma, as diferenças sociais e econômicas são, ao mesmo tempo, consequências e causas da segmentação dos gêneros. Algumas dessas diferenças podem ser observadas na prática, mesmo atualmente, pelos espaços ocupados pelas mulheres no mercado de trabalho, como na

remuneração e representatividade política¹³. Quanto a essas discrepâncias, Scott sugere que os aspectos sociais, como as estruturas de emprego, podem modificar as estratégias de casamento. “A emergência de novos tipos de símbolos culturais pode tornar possível a reinterpretção” (SCOTT, 1995, p.92).

A estranheza de ver uma mulher ocupando um cargo público provém da divisão social de trabalho que, de tantas vezes reafirmada, passa a ser encarada como uma divisão natural, produto da diferença da natureza entre homens e mulheres. Um exemplo significativo é o das Forças Armadas: atualmente, 27,9 mil mulheres fazem parte do contingente, apenas 8% do total do efetivo (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017). Elas ocupam diferentes cargos na corporação, entretanto, o número de mulheres trabalhando diretamente na defesa do território é ainda menor, já que só puderam começar a exercer essa função em 2012. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica do Brasil são masculinos. A permissão para mulheres atuarem na área é uma falsa simetria, já que numericamente elas não representam nem um décimo do efetivo. Ter o território majoritariamente defendido por mulheres vai contra toda lógica de dominação masculina, pois é uma invasão do espaço previamente determinado.

Para Bourdieu (2010), essa rígida divisão, incessantemente repetida através dos tempos, solidificou a dominação simbólica. Essa dominação é tão forte que faz com que as mulheres, sem conseguir alcançar a liberdade, aceitem, submetam-se a ela e sintam-se espontaneamente harmonizadas à ordem que lhes é imposta. O poder simbólico não pode acontecer sem a colaboração de quem é dominado.

A homens e mulheres igualmente repugna submeterem-se às ordens de uma mulher, têm mais confiança no homem; [...] Para realizar-se, a mulher precisa assegurar-se um apoio masculino. São os homens que ocupam os melhores lugares, que detém os postos mais importantes. É essencial sublinhar que homens e mulheres constituem economicamente duas castas (BEAUVOIR, 2016 p. 194).

As diferenças no mercado de trabalho são evidentes, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, 15,4% dos homens não trabalhavam nem estudavam, entre as mulheres a proporção é quase o dobro, 29,8%. No mesmo período, 69% das pessoas fora do mercado de trabalho eram mulheres. O estudo do Instituto inclui apontamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que considera um dos motivos da diferença as práticas discriminatórias de gênero, que excluem as mulheres do mercado de

¹³Serão detalhadas ao longo deste capítulo.

trabalho e as ocupam com afazeres domésticos. O IBGE concluiu que os homens passam 10 horas semanais fazendo afazeres domésticos, enquanto as mulheres passam 20,5 horas.

Diante de todo o exposto, é possível afirmar que a construção de políticas públicas que busquem estimular a continuidade nos estudos e minimizar o desencorajamento com o mercado de trabalho é imprescindível para a redução da proporção de jovens que não estudam nem trabalham, de modo que o mercado de trabalho passe por transformações estruturais no sentido da inclusão dos jovens, principalmente mulheres, ainda em desvantagem pelas desigualdades de gênero identificadas (IBGE, 2016¹⁴).

A diferença de gênero no mercado de trabalho se reflete também no salário, já que as mulheres ganham menos que os homens, mesmo quando ocupam cargos de funções equivalentes. Em 2015, as mulheres ainda recebiam, em média, 76% do rendimento dos homens. Considerando somente as mulheres menos escolarizadas, a situação é mais igualitária, pois recebem 90% do pagamento de um homem com a mesma escolaridade. Há uma discrepância ainda maior no salário de mulheres em cargos de chefia, pois essas recebiam, em média, 68% do rendimento médio dos homens em 2015.

Mesmo com menor taxa de ocupação e menor salário, as responsabilidades femininas com o sustento da família cresceram. A última pesquisa do IBGE apontou aumento na proporção de mulheres como pessoa referência da família: em 2005 eram 30,6% e em 2015 passaram a ser 40,5%. O instituto aponta como possíveis motivos a queda da fecundidade, o aumento da escolaridade e da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Nas famílias formadas por casal com filhos, a proporção passou de 6,8% para 22,5%, no mesmo período e, nos casos de casal sem filhos a tendência foi a mesma, em dez anos a taxa passou de 8,4% para 22,0%.

Se, ainda hoje, se observam diferenças entre o salário masculino e feminino, antigamente a situação era pior. De acordo com Beauvoir (2016, p.169), uma pesquisa realizada na França, entre 1889-1893, apontou que uma operária ganhava menos – aproximadamente a metade – do que um homem cumprindo a mesma função, pelo mesmo tempo. A autora ainda cita que, em 1918, nos Estados Unidos, a situação era a mesma, com salários tão baixos que tornavam a independência feminina impossível. Ao citar a Alemanha, a autora explica que, na

¹⁴ Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

mesma época, por igual quantidade de carvão extraídos das minas, a mulher ganhava 25% menos que o homem.

A inclusão da mulher na política foi lenta, gradual e, mesmo assim, incompleta. A primeira defesa oficialmente pronunciada a favor do voto feminino foi feita em 1867, no parlamento francês, por Stuart Mill. O primeiro grande movimento organizado a favor dos direitos da mulher foi o Sufrágio Universal, reivindicando o direito da mulher ao voto, que começou quando Hubertine Aclert criou o grupo *Suffrage des femmes* e o jornal *La Citoyenne*, na França. Em 1909, foi fundada a União Francesa pelo Sufrágio das Mulheres. Quando a câmara francesa finalmente aprovou o direito de voto feminino, em 1932, a emenda seguiu para o Senado e diversos argumentaram contra. Um deles disse que a mulher “perderia seu encanto”, outro afirmou “gostar demais delas para deixá-las votar” e ainda houve um senador que contrariou mencionando que as mulheres “já governavam os homens sem necessidade da cédula eleitoral”. A resistência dos senadores foi tamanha que o voto feminino só foi aprovado em 1945, 13 anos depois da primeira vez que o assunto chegou ao Senado (BEAUVOIR, 2016).

Antes da aprovação na França, a Nova Zelândia já havia concedido o voto às mulheres, em 1893, e a Austrália, em 1908. Com o passar dos anos, o voto feminino foi permitido no Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha (BEAUVOIR, 2016). Uma Aliança Brasileira pelo Sufrágio Universal foi criada em 1922, mas o sufrágio universal feminino no país só foi alcançado em 24 de fevereiro de 1932, embora antes da permissão do voto para analfabetos. Entretanto, a primeira decisão ainda diferenciava homens e mulheres quanto a obrigatoriedade, pois homens acima de 60 e todas as mulheres poderiam optar por não votar (KARAWAJCZYK, 2013).

Entretanto, o patriarcado ainda é muito forte e adquirir direitos como o do voto não garantem à mulher uma influência concreta sobre o mundo. Simone de Beauvoir lançou o livro *O Segundo Sexo* em 1949. Naquela época a autora escreveu: “entre os dois sexos não existe, ainda hoje, verdadeira igualdade” (BEAUVOIR, 2016, p.191). Hoje, 68 anos depois, essa afirmação ainda é verdadeira.

O cenário político brasileiro é prova de como a igualdade não é plena. Há influência concreta das mulheres parlamentares nas decisões do Senado Brasileiro, por exemplo. Mesmo que a população do país seja formada por 103,5 milhões de mulheres, segundo o último censo do IBGE, feito em 2014, o que corresponde a 51,4% da população. Ou seja, é um país de maioria feminina. No entanto, apenas 16% das cadeiras do Senado são ocupadas por mulheres: 13 de

um total de 81. Cada Estado da Federação possui três representantes eleitos e, em nenhum deles, mais de uma mulher ocupa uma vaga. Sendo assim, apenas metade dos Estados brasileiros tem uma representante no Senado.

Na Câmara dos Deputados situação é ainda pior: as mulheres ocupam apenas 11% das cadeiras. São 54 deputadas federais e 458 homens exercendo a mesma função. Isso resulta em uma sub-representação feminina em várias comissões, como a de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, na qual, dos 64 membros, 5 são mulheres, o que representa apenas 7%. Na comissão de Segurança Pública a situação se repete: 57 homens e 3 mulheres, um total de 5%. As duas comissões citadas tratam de segurança e forças armadas, representações sociais destinadas aos homens. Já na comissão de Educação, são 17 deputadas em um universo de 78 membros no total, correspondendo a 21%. A educação está mais próxima do campo doméstico, admite mais mulheres opinando a respeito. Sendo assim, mesmo quando inseridas em um campo político de decisão, as mulheres continuam sendo destinadas a um espaço isolado, que remete a tarefas ligadas à família e ao lar e, mesmo assim, dentro desse campo são sub-representadas. Elas têm direito à opinião, dentro de um campo muito específico, mas não de decisão significativa.

Em 2016, uma comissão especial foi criada na Câmara para discutir uma emenda constitucional a respeito da licença-maternidade no caso de parto prematuro. A comissão é formada por 30 deputados, sendo que quatro deles ocupam os cargos de destaque na comissão, como presidente, primeiro vice presidente, terceiro vice-presidente e relator. Entre as deputadas, há apenas uma na liderança, no cargo de segunda vice presidente e somente outras quatro mulheres integram a comissão. Essa situação por si só já demonstra como as mulheres têm pouco espaço de discussão na câmara, mesmo quando o assunto em questão atinge, principalmente, a população feminina.

Entretanto, a discussão da comissão não se ateve apenas à questão trabalhista da mãe, mas atingiu, de certa forma, a temática do aborto. No dia 08 de novembro, uma medida foi acrescentada à PEC 18115, que determina que a vida começa desde a concepção, não só após o nascimento, como é considerado pela constituição. A decisão, se aprovada, pode impedir aborto em casos já considerados legais pelo Código Penal e pelo Supremo Tribunal Federal. Interromper a gravidez atualmente é permitido em caso de estupro da mãe e quando o feto apresenta malformação cerebral. A decisão da comissão, que a priori não tem relação com o tema, demonstra como os homens tomam decisões pelas mulheres, mesmo em instâncias legais.

Um direito adquirido das mulheres, o de decidir sobre manter uma gravidez fruto de um crime, foi colocado à prova por homens que nunca serão atingidos pessoalmente por essa questão.

No jornalismo, instituição social autorizada a falar com a sociedade e pela sociedade na defesa do interesse público, a situação não é diferente. Embora a maioria dos profissionais seja mulher, cargos importantes são majoritariamente ocupados por homens que ganham mais pelo mesmo trabalho. Segundo pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (BERGAMO; MICK; LIMA, 2012), as mulheres representavam, em 2012, 64% dos profissionais que trabalham com jornalismo. A pesquisa aponta, entretanto, que há uma grande diferença entre os cargos ocupados por mulheres e por homens. Elas são maioria entre os que ganham até cinco salários mínimos e minoria entre os que ganham acima dessa faixa.

Uma pesquisa realizada na redação de uma emissora, em Porto Alegre, feita por Marcia Veiga (2012), constatou que, naquele contexto, mesmo com mulheres presentes, os homens tinham mais prestígio e valor profissional. A autora afirma que durante as reuniões de pauta assuntos de investigação, polícia e furos de reportagem eram considerados produtos mais “fortes” e ocupavam espaço de nobreza no jornal. Esses temas eram sempre associados aos homens e não só aos homens como sexo biológico, aos homens como gênero, como identidade cultural – aos repórteres que carregavam valores da masculinidade, como força e seriedade, por exemplo. Os homens que costumeiramente faziam matérias mais leves perdiam o *status* de homem capaz de uma matéria policial que abre o jornal. Essa realidade, dentro da redação, mostra que a comunidade de profissionais reproduzia, dentro do seu pequeno mundo, valores comuns à sociedade como um todo. “Naquele pequeno universo, os valores e a hierarquização de profissionais, de notícias e as demais escolhas durante a produção equiparavam-se à normatividade social vigente” (VEIGA, 2012, p. 491). Da mesma maneira que as matérias do primeiro bloco do jornal, as investigativas, de risco e peso jornalístico eram destinadas ao gênero masculino, as do segundo bloco, com menos prestígio, eram destinadas geralmente às mulheres. Ao longo da pesquisa de Veiga, matérias como essa aparecem sendo chamadas pelos profissionais como “softnews” e “frufu”. As matérias do primeiro bloco eram geralmente propostas e assinadas pelo apresentador homem, e essas pautas, em geral, não passavam por discussão no grupo. As reportagens do segundo e do terceiro bloco eram, normalmente, propostas e assinadas pela apresentadora e, diferentemente das pautas do apresentador, costumavam ser debatidas pelo grupo desde a primeira ideia.

Dados do *Women's Media Center* (2017) mostram que, considerando as três maiores emissoras americanas – a *ABC*, *CBS* e *NBC* –, o número de mulheres apresentadoras, repórteres e correspondentes é inferior ao de homens nos mesmos cargos. Elas representam apenas 25% do total de profissionais nessas funções. No programa de maior audiência da *ABC* – o *ABC World News* –, homens correspondem a 88,2% dos jornalistas que aparecem no vídeo, contra 11,8% de mulheres. Nos jornais impressos, a situação é um pouco mais equilibrada, homens reportam 61,9% das notícias impressas e mulheres 38,1%. O *Washington Post* está acima da média em igualdade de profissionais, são 42,5% de mulheres trabalhando como repórteres. No *The New York Times*, maior jornal americano, o número de repórteres mulheres cresceu em um ano. Em 2015 elas representavam 32% do total e em 2016, 39%.

A diferença não aparece só no número de profissionais empregados nas funções citadas. A idade é outro ponto de desigualdade. Segundo pesquisa realizada em 2015, considerando jornalistas da América Latina, pelo Projeto Global de Monitoramento da Mídia (apud ABI, 2015), mulheres mais novas ocupam mais espaço do que as mais velhas. Do total de repórteres mulheres pesquisadas, 43% tinham entre 19 e 34 anos, e apenas 14% dos homens estavam nessa faixa etária. A maioria deles, 53%, tinha, em 2015, entre 35 e 49 anos.

Assim como em tantos outros setores da sociedade, no jornalismo a lógica dominadora se repete. As jornalistas estão em menor número em cargos de destaque, são mais jovens e com menos lugar de opinião e de fala. Os estudos do Grupo de Ações Multidisciplinares de Ações Afirmativas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CANDIDO; JÚNIOR 2016) confirmam que há menos opinião feminina no jornalismo. A análise das colunas dos três principais jornais impressos em circulação do país, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Estadão* apontou as diferenças. Ao todo, 95% dos colunistas são brancos, independentemente do gênero. Dividindo em gênero, a pesquisa aponta que, em média, 73% das colunas são escritas por homens. Sendo assim, pode-se concluir que a opinião que circula nos jornais do país é a opinião do homem branco, privilegiado de duas maneiras. Entre os colunistas da *Folha de S. Paulo*, por exemplo, somente 27% são mulheres. Porém, o dado é ainda mais significativo quando observamos que não há uma única mulher negra ocupando esse lugar de fala na *Folha*. Nos outros dois jornais pesquisados a proporção também é baixa. No *O Globo*, as mulheres negras representam 4% dos colunistas e no *Estadão*, 1%.

4. METODOLOGIA

4.1 O jornalismo como produção de sentidos

O jornalismo é um meio social de produção de sentidos. O discurso jornalístico é um discurso dialógico, polifônico, opaco e produzido a partir de condições e rotinas nem sempre ideais ou iguais. Dessa maneira, acaba como efeito e produtor de sentidos ao mesmo tempo (BENETTI, 2007, p.107). O trabalho de um jornalista é afetado por diferentes interpretações de fontes, construção editorial do veículo que está representando, além da visão da própria empresa, assim como pelas limitações de tempo e circunstâncias de produção. Leva-se em conta também o contexto social coletivo e a cultura individual do profissional. Deste modo, admite-se que o jornalismo é, em parte, consequência do meio onde foi produzido. Entretanto, funciona também como um validador social: o discurso jornalístico produz efeitos no meio em que ele próprio está contextualizado. É uma forma de construir e de fomentar consensos – e dissensos – sociais.

O jornalista, quando fala ao público, é colocado como detentor da informação frente àqueles que precisam dela. Orlandi (2001, p.39) afirma que há uma relação de forças que faz com que o lugar, a partir do qual um sujeito fala, construa o que ele pode dizer. Em uma sociedade onde as relações são hierarquizadas, o poder que um indivíduo exerce sobre o outro se torna parte constitutiva da comunicação entre eles. Um repórter tem sua credibilidade construída também por essa relação de poder que tem em relação aos seus interlocutores.

4.1.1 Análise do discurso (AD)

Analisar um discurso jornalístico é visualizar a estrutura de um texto¹⁵, considerando todas as variáveis externas que atuam sobre ele. “O texto é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia em outro lugar; na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário” (BENETTI, 207, p.111). Dessa forma, observa-se que os sentidos construídos por uma reportagem são muito mais profundos e que eles têm muito mais variáveis do que a

¹⁵ Textopara a AD é qualquer produção de sentido construída pela sociedade: escrita, fotos, reportagens, gráficos, músicas, imagens etc. Essas produções sociais acumulam camadas de sentidos de épocas, culturas e significados diferentes que só um olhar minucioso pode desvelar.

ideia senso comum de que basta ao repórter do lado de cá do vídeo, narrando para o público do lado de lá, usar a técnica de forma ética para se comunicar corretamente. Os sentidos construídos vão além do momento em que o jornalista está comunicando de fato. Não há como determinar o início meio e fim de discurso. “Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo e contínuo” (ORLANDI, 2001, p.39).

Importa compreender que existe uma exterioridade que não apenas repercute no texto, mas que de fato o constitui e não pode ser dele aparatada [...]. Assim, o primeiro passo é enxergar a existência (apenas operacional e pragmática) de duas camadas: a primeira, mais visível, é a camada discursiva; a segunda, só evidente quando aplicamos o método, é a camada ideológica (BENETTI, 2007, p.111).

A complexidade da construção de sentido de um discurso está justamente na camada ideológica. A influência do exterior é tão forte sobre o texto que faz parecer que não poderia ter sido construído de forma diferente, uma vez que está construído com base em conceitos anteriores a ele. A formação discursiva é uma região de sentidos que, segundo Orlandi (2001, p. 43), “materializa” a formação ideológica. Ainda segundo a autora, em análise de discurso o que não foi dito revela muito sobre um texto, uma vez que se constata que houve um motivo ideológico para que algo fosse suprimido do discurso.

Um discurso não é isolado, sempre remete a outros, e de tantas vezes repetido, acaba sendo considerado como “natural”, e não mais uma construção cultural.

A interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais, eternas. É a ideologia que produz o efeito da evidência, e da unidade, sustentando-se sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, admitidos como "naturais" (ORLANDI, 1994, p.57).

Pode-se analisar um discurso a partir das vozes que o constroem. Segundo Bakhtin¹⁶ (apud BENETTI 2007, p.166), as diferentes vozes por trás de um discurso jornalístico são incorporadas ao resultado final. Bakhtin afirma que em um discurso polifônico, tais vozes não necessariamente concordam entre si, elas podem ser conflitantes, concorrentes e contraditórias. Entretanto, há uma diferença em quem transmite o discurso diretamente e quem o constrói.

¹⁶ BAKHTIN, Mikhail. Problemas da poética de Dostoiévski. São Paulo: Forense, 1981.

Ducrot¹⁷ (apud BENETTI, 2007) diferencia aquele que fala imediatamente, a pessoa física, tratado como locutor, daquele que tornou a construção desse discurso possível de ser materializada, definido como enunciador. Quando o jornalista começa a trabalhar a partir de um acontecimento terá que escolher como vai interpretá-lo, negociar a edição com diferentes visões de mundo dos colegas da redação e como a empresa que quer e acha correto expor aquele fato, além da opinião das fontes escolhidas para tratar do assunto e da própria sociedade, o público para quem produz. O repórter é o locutor principal da notícia, assim como os apresentadores são os locutores oficiais do telejornal. Mas os enunciadores nem sempre são visíveis: pode-se pensar no jornalismo como instituição com uma definida maneira de enxergar o mundo. Ou na megaempresa de comunicação em que o jornal é produzido, com sua ideologia calcada no lucro e na possível manutenção do *status quo* de uma sociedade capitalista que naturaliza a meritocracia. Ou, ainda, em uma forma política e econômica de determinar as relações sociais. E isso não quer dizer que todos esses enunciadores estejam apartados: muitas vezes, hegemonicamente estão unidos para reforçar uma única e dominante visão de mundo.

Um mesmo indivíduo ocupa diferentes posições sociais ao longo da vida. Ao mesmo tempo que ocupa seu espaço na estrutura familiar como filho ou pai – por exemplo –, também tem uma posição política, pode ter um cargo de chefia ou ser empregado, pode ser adepto de alguma religião ou seguir alguma filosofia de vida. Em cada um desses espaços, ocupa uma posição de sujeito, com um lugar de fala diferente. Entretanto, essas posições sociais nem sempre ficam claramente delimitadas em cada momento. Elas podem se influenciar ao passo que, quando o sujeito ocupe sua posição profissional, haja de acordo com seus princípios familiares. Todas as posições da vida desse indivíduo continuam presentes, mesmo quando ele desempenha apenas um desses papéis. “Isso quer dizer que o mesmo indivíduo, cindido em diversos sujeitos, move-se entre diversas posições de sujeitos” (BENETTI, 2007). Para o bom exercício da profissão, o sujeito jornalista trabalha com valores condizentes com a posição que ocupa, como pluralidade, interesse público, ética, igualdade e democracia, entretanto, se na vida privada como pai, marido, filho ele tem valores diferentes dos propostos pelo jornalismo, acaba deixando que o seu outro sujeito guie suas ações. Um filho que foi ensinado a pensar que existem apenas alguns espaços em que as mulheres podem ocupar – o delicado, o belo, o fútil –, quando chefe de reportagem, pode decidir que uma mulher falar sobre uma operação policial não “combina”. É o filho falando, não o chefe, ele sai da posição de sujeito “jornalista” para a

¹⁷ DUCROT, Oswald. O dizer e o dito. Campinas: Pontes, 1987

de “filho” sem perceber, fazendo as duas conviverem ao mesmo tempo. Enquanto chefe de reportagem, ele é o locutor do discurso. Porém, como reproduzidor de um sistema patriarcal, homem e filho, assume o lugar de enunciador, que é quem se expressa realmente. O enunciador é “a pessoa de cujo ponto de vista são apresentados acontecimentos” (DUCROT¹⁸, apud BENETTI, 2007).

Quando um locutor, aqui pensado como um jornalista, procura consciente ou inconscientemente vozes iguais às suas, privilegia diferentes fontes com a mesma visão acerca do assunto abordado, ou mesmo quando busca um editor de texto ou imagem alinhado com seus valores, pode acabar por produzir um discurso monofônico, sem pluralidade, uma repercussão sem conflito da ordem existente. Mesmo que plural na quantidade de pessoas que influenciaram a fala, acaba por apresentar uma única perspectiva.

O jornalismo, entendido como construtor de sentidos sobre a realidade, é um discurso que deve representar a diversidade de pensamento da sociedade contemporânea. Deste modo, apenas a pluralidade de perspectivas de enunciação pode configurar o jornalismo como um campo representativo dessa complexa estrutura social na qual estamos inseridos (DARDE, 2006, p.70).

A diversidade de locutores não necessariamente indica pluralidade de discurso. Se todos enunciam do mesmo lugar de fala, a tendência é a homogeneização de fala, mascarada sob a falsa ideia de diversidade. Se em um mesmo telejornal todos os repórteres seguem o mesmo padrão de fala e de comportamento, a tendência é a manutenção da ordem vigente. Como um discurso é construído de ideologias, até mesmo a repetição do mesmo padrão estético, que representa também um modelo cultural, contribui para a construção de discursos monofônicos.

Assim, apenas a pluralidade de perspectivas de enunciação pode configurar o jornalismo como um campo plural representativo da diversidade social. Muitos locutores não significam, necessariamente, muitos enunciadores. Por trás de aparentes polifonias, muitas vezes escondem-se textos em essência monofônicos (BENETTI, 2007, p.120).

O espaço ocupado por um discurso depende da relação entre o locutor e aquele com quem ele interage. Há uma dependência do interlocutor para que se defina o espaço e a existência de um discurso. “O discurso não existe por si mesmo, ele só existe no espaço entre os sujeitos” (BENETTI, 2007, p.108). Como só existe quando existem interlocutores, o discurso

¹⁸ DUCROT, Oswald. O dizer e o dito. Campinas: Pontes, 1987. P.195.

carrega consigo uma intersubjetividade. A dependência de como o outro vai interpretar um discurso prova como não é possível que um locutor garanta transparência na própria fala.

Quanto um locutor discorre, carrega consigo representatividade da função social que ocupa. Há um simbolismo em torno de seu lugar de fala, que pode vir da função que desempenha, da instituição que representa, do lugar que ocupa socialmente. Entende-se, dessa forma, que um jornalista homem tratando de esportes gera um sentido – “naturalmente apto” – diferentemente do que quando uma mulher fala sobre o mesmo assunto – “naturalmente inapta” –, uma vez que a posição social do homem esportista é “naturalmente” aceita e a posição social da mulher esportista não é “naturalmente” aceita. De tantos discursos repetirem essa ideia, ela se torna naturalizada, a ponto de que mulheres ainda podem causar estranheza ao aparecerem na televisão falando de esportes.

Os mecanismos de funcionamento do discurso acabam por proporcionar a criação de imagens que resultam de projeções (ORLANDI, 2001, p.40). São produzidas imagens dos sujeitos, de acordo com a ideologia que compõe o discurso. “Se é assim para o sujeito, também a relação com o mundo é constituída pela ideologia; a ideologia é vista como o imaginário que medeia a relação do sujeito com suas condições de existência” (ORLANDI, 1994, p.56).

O discurso é um modo pelo qual o mundo é trabalhado através da linguagem, que deve ser aprendida por aquele que analisa a construção. A linguagem é a ferramenta de construção de sentido, um meio para que a ideologia estabeleça a relação com o mundo.

Na Análise de Discurso não se menospreza a força que a imagem tem na constituição do dizer. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Pêcheux (1990) trata da diferença que as relações sociais produzem no discurso. Para o autor, quando dois interlocutores ocupam lugares determinados de poder na estrutura social, como patrão e empregado, por exemplo, o discurso toma outra forma. São criados mecanismos de formação de regras de projeção que estabelecem relações entre situações e posições. Cada um dos interlocutores projeta uma imagem do outro, a partir da posição social em que acredita ocupar, além de uma imagem que é projetada de si mesmo no outro, e do outro em si. Isso faz com que se construa uma “antecipação das representações do receptor” (PÊCHEUX, 1990, p.84).

4.2 Corpus

Para fazer uma avaliação de como as vozes das mulheres estão representadas dentro da redação do Jornal Nacional, tomamos como amostra o ano de 2016. A cada dois meses, um dia foi escolhido para formar uma semana composta, buscando a abrangência de abordagens do telejornal e fugindo da sazonalidade das pautas. Sendo assim, o levantamento utilizou como base uma segunda-feira de fevereiro (08), uma terça-feira de abril (26), uma quarta-feira de junho (08), uma quinta-feira de agosto (25), uma sexta-feira de outubro (14) e um sábado de dezembro (31).

Em cada dia da amostra foi realizado o mapeamento de todas as matérias incluídas no telejornal, os repórteres que construíram essas reportagens e quem eram os apresentadores. Neste período, o Jornal Nacional foi apresentado por cinco jornalistas diferentes, sempre em pares formados por um homem e uma mulher. O casal de apresentadores oficial, William Bonner e Renata Vasconcellos, e os jornalistas que cobrem folgas, férias, ou rodízio de fim de semana: Ana Paula Araújo, Alexandre Garcia e Giuliana Morrone.

A previsão do tempo foi apresentada durante todos os dias da amostra pela jornalista Maria Julia Coutinho.

Ressalta-se que a análise não vai trabalhar com a qualificação das pautas e matérias, nem com os sentidos presentes nas reportagens do telejornal: nossa busca é por descobrir que vozes têm lugar de fala na redação do Jornal Nacional, a partir de uma perspectiva de gênero, e como as repórteres e apresentadoras estão representadas dentro da redação.

Na segunda-feira, 08 de fevereiro, o jornal foi apresentado por Ana Paula Araújo e Alexandre Garcia. Maria Júlia Coutinho apresentou a previsão do tempo. Onze reportagens entraram no ar, cinco feitas por mulheres e seis por homens.

Quadro 1 Segunda-feira, 8 de fevereiro de 2016

Data	Apresentador	Repórter	Reportagem
		Cristina Maia	Pesquisadores formam força-tarefa para desvendar o vírus da Zika
		Alan Severiano	Obama propõe fundo de emergência para combater o vírus da Zika
		Fabio Castro	Imprudência e má conservação em GO aumentam acidentes no feriadão

Data	Apresentador	Repórter	Reportagem
08.02.2016	Ana Paula Araújo Alexandre Garcia Maria Júlia Coutinho (Tempo)	Ismar Madeira	Cidades históricas de MG atraem milhares de foliões
		Rodrigo Alvarez	Mais um naufrágio na costa da Turquia mata 27 pessoas
		Natalia Ariede	Muitos paulistanos deixam de viajar para aproveitar carnaval na cidade
		Sandra Coutinho	New Hampshire é termômetro nas prévias das eleições americanas
		Mauro Anchieta	Confusão entre ambulantes e policiais atrasa saída de trios na Bahia
		Beatriz Castro	Olinda tem desfiles com 80 bonecos gigantes
		Bette Lucchese	Quatrocentas mil pessoas pulam o carnaval nos blocos do Rio nesta segunda
		Danilo Vieira	Veja como foi a primeira noite de desfiles do Grupo Especial do carnaval carioca

Fonte: autora.

Na terça-feira, o JN foi apresentado por Renata Vasconcellos e William Bonner. A previsão do tempo foi feita por Maria Julia Coutinho. Neste dia, o número de mulheres que entraram no ar foi o mesmo do que o de homens, nas dez matérias apresentadas.

Quadro 2 Terça-feira, 4 de abril de 2016

Data	Apresentador	Repórter	Reportagem
04.04.2016	Renata Vasconcellos William Bonner Maria Júlia Coutinho	Julio Mosquera	Senado elege Anastasia como relator da comissão de impeachment
		Délis Ortiz	Michel Temer se reúne com sindicalistas e peemedebistas
		Fernando Rêgo Barros	Delator da Lava Jato depõe e confirma propina para Cunha
		Alex Barbosa	Estudantes de Bom Jardim sofrem com situações precárias de escolas
		Zileide Silva	Cortes no orçamento afetam programas sociais
		Lilia Teles	Justiça do Rio bloqueia R\$ 648 milhões das contas do estado

Data	Apresentador	Repórter	Reportagem
	(Tempo)	Ismar Madeira	Ministério do Trabalho encontra irregularidades na Samarco
		Alan Severiano	Pensilvânia, estado-chave nas eleições dos EUA, tem prévias
		Bette Lucchese	Especialista diz que ciclovias não tinham estudo sobre impacto de ondas
		Graziela Azevedo	Segurança do espaço aéreo brasileiro é 'criticamente deficiente', diz entidade

Fonte: autora.

Na quarta-feira, os apresentadores foram Wiliam Bonner, Renata Vasconcellos e Maria Julia Coutinho, na previsão do tempo. Neste dia novamente o número de repórteres foi equilibrado, três mulheres e três homens apareceram em reportagens.

Quadro 3 Quarta-feira, 8 de junho de 2016

Data	Apresentador	Repórter	Reportagem
08.06.2016	Renata Vasconcellos Wiliam Bonner Maria Júlia Coutinho (Tempo)	Zileide Silva	Oposição e governo vivem dia de expectativas em relação a Renan
		Malu Mazza	Japonês da Federal' é preso por facilitação de contrabando
		Camila Bonfim	Engenheiro que teria transferido propina para João Santana faz delação
		Julio Mosquera	Comissão do impeachment ouve testemunhas de acusação
		Felipe Santana	Comissão do impeachment ouve testemunhas de acusação
		Galvão Bueno	Seleção brasileira enfrenta o Haiti pela Copa América

Fonte: autora.

No dia 25 de agosto, Wiliam Bonner apresentou o jornal com Giuliana Morrone e, na apresentação da previsão do tempo, Maria Julia Coutinho. Neste dia, sete repórteres homens entraram no ar e apenas duas mulheres.

Quadro 4 Quinta-feira, 4 de abril de 2016

Data	Apresentador	Repórter	Reportagem
04.04.2016	Giuliana Morrone Wiliam Bonner Maria Júlia Coutinho (Tempo)	Marcos Losekann	Processo de impeachment de Dilma começou há 9 meses; veja resumo
		Julio Mosquera	Senado começa a julgar presidente afastada Dilma Rousseff
		Marcelo Rocha	Laudo diz que depoimento de Lula contradiz texto em celular de ex-OAS
		Elaine Bast	STJ decide: quem compra imóvel na planta paga o corretor
		Cristiane Leite	Brasil perde em julho quase 95 mil vagas com carteira assinada
		Rodrigo Alvarez	Mortos no terremoto da Itália já são 250; 360 feridos estão internados
		Alan Severiano	Acordo com as Farc põe fim a 50 anos de conflito na Colômbia
		Pedro Vedova	Rússia vai respeitar trégua na cidade síria de Aleppo
		Luis Fernando Silva Pinto	Corrida presidencial nos EUA tem troca de acusações

Fonte: Pesquisa da autora

Na sexta feira, a maior diferença. Das onze matérias que entraram no ar, apenas duas foram apresentadas por mulheres. Na apresentação do jornal, Renata Vasconcellos e William Bonner. Na previsão do tempo: Maria Júlia Coutinho.

Quadro 5 Sexta-feira, 10 de outubro de 2016

Data	Apresentador	Repórter	Reportagem
10.10.2016	Renata Vasconcellos Wiliam Bonner Maria Júlia Coutinho (Tempo)	Hélter Duarte	Petrobras reduz preço do diesel e gasolina nas refinarias
		Ari Peixoto	Pesquisa mostra que tempo educação influencia na remuneração
		Graziela Azevedo	Morre em SP, aos 72 anos, Orival Pessini, criador do Fofão
		Danilo Vieira	Pesquisa mostra que 72% dos brasileiros se automedicam
		José Roberto Burnier	Receita Federal protesta contra estudo do Banco Mundial
		Sidney Pereira	Ambientalistas protestam contra usina eólica em parque no Maranhão
		Cassiano Rollim	No Tocantins, agentes tentam salvar animais ameaçados pela seca

Data	Apresentador	Repórter	Reportagem
		Thiago Ariosi	Chegada do calor aumenta os risco de epidemia de dengue
		Sandra Coutinho	Mais duas mulheres acusam Trump de assédio sexual
		Pedro Vedova	Diminui número de refugiados que pedem asilo na Alemanha
		Eric Faria	Polêmica marca rodada do Brasileirão e disputa pela liderança fica mais acirrada

Fonte: autora.

No sábado, 31 de dezembro, o jornal foi apresentado pelos titulares, Renata Vasconcellos, Wiliam Bonner e Maria Julia Coutinho na previsão do tempo. Reportagens de três mulheres entraram no ar e de oito homens.

Quadro 6 Sábado, 31 de dezembro de 2016

Data	Apresentador	Repórter	Reportagem
04.04.2016	Renata Vasconcellos Wiliam Bonner Maria Júlia Coutinho (Tempo)	Bette Lucchese	Viúva do embaixador grego morto no Rio é transferida para presídio
		Marcio Gomes	Bolinho de arroz prensado é tradição nas festas de ano novo do Japão
		Elaine Bast	Último minuto do ano de 2016 terá um segundo a mais
		Mauro Anchieta	Fortaleza vai ter 17 minutos de queima de fogos na virada para 2017
		Ricardo Von Doff	Réveillon em Florianópolis promete festa de fogos muito disputada
		César Augusto	Amanda Nunes vence Ronda Rousey por nocaute e mantém título do UFC
		Andrei Kampff	Corrida de São Silvestre tem vitória de atleta queniana e corredor etíope
		Alberto Gaspar	Avenida mais famosa de SP muda de cara no último dia do ano
		Jorge Pontual	Réveillon em Nova York não chega a ser espetáculo, mas atrai muita gente
		Edimilson Ávila	Copacabana já está no clima para o réveillon mais famoso do país
Mônica Sanchez	Réveillon em Copacabana		

Fonte: autora.

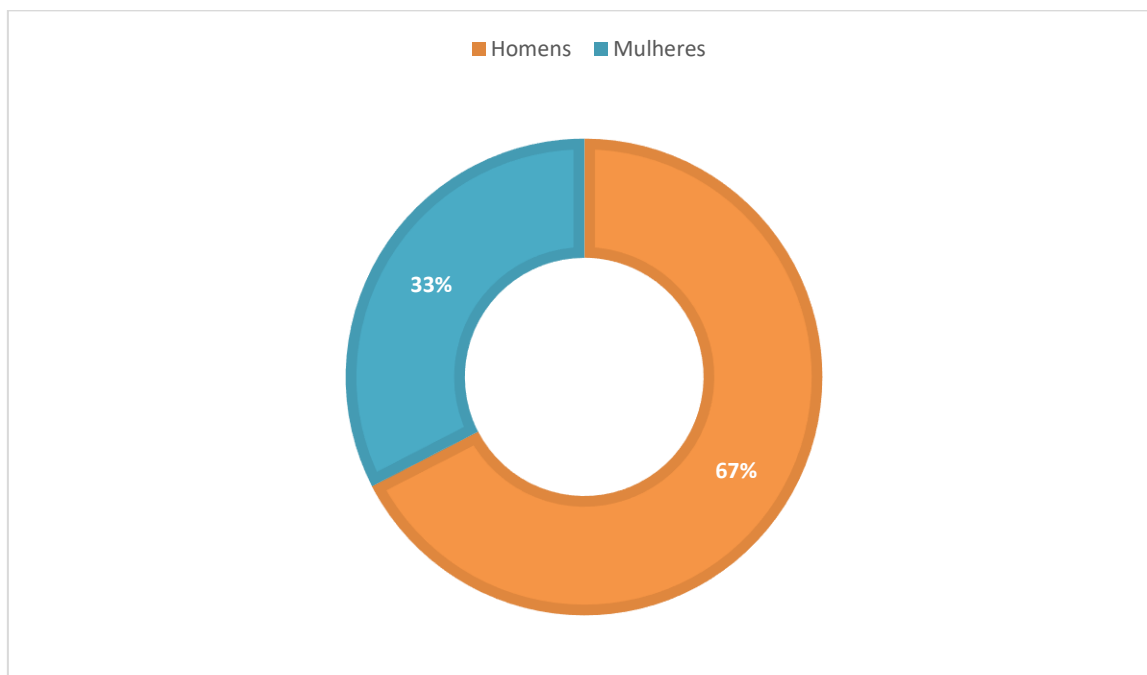
5 ANÁLISE

5.1 Quem fala no JN?

Mesmo representando 64% do total dos jornalistas atuantes no mercado de trabalho no país (BERGAMO; MICK; LIMA, 2012), as mulheres, em geral, são minoria em cargos de chefia e nas funções com maior representatividade no vídeo. A análise da semana composta aponta essa diferença no Jornal Nacional. Um a cada três repórteres do JN são mulheres.

Ao todo, foram exibidas 58 matérias, 20 delas construídas por mulheres (34%) e 38 por homens (66%). Como alguns repórteres aparecem mais de uma vez, a disparidade entre o número total de repórteres na amostra aumenta: são 43, 29 homens para 14 mulheres (gráfico 1). Sendo assim, as mulheres representam aproximadamente um terço dos repórteres do JN. O percentual de mulheres que fizeram mais de uma reportagem é maior, 41%. Cinco delas aparecem duas ou três vezes na tabela: Bette Lucchese, por exemplo, aparece três vezes na amostra, tratando de assuntos diferentes. Essa repetição pode representar a existência de espaços sendo conquistados por mulheres dentro do jornal, porém, estes espaços são conquistados individualmente, uma vitória pessoal, e não um respeito à igualdade de gênero. Bette é uma repórter de referência no jornal. Embora seja comumente associada a assuntos de polícia, trata de diferentes assuntos dentro da amostra, inclusive comportamento. A jornalista é uma exceção, não a regra.

Gráfico 1 *Divisão de repórteres por gênero*



Fonte: Pesquisa da autora

O menor número de mulheres repórteres no JN evidência que há um complexo campo de disputa, mostra como o telejornalismo ainda é um lugar de marcadas lutas de gênero. Os rostos no Jornal Nacional são mais de homens do que de mulheres, assim como os cargos de chefia no telejornal e na empresa são ocupados majoritariamente por homens. O editor-chefe é homem, assim como editor-chefe adjunto do telejornal. Eles estão subordinados a um diretor-executivo de jornalismo e a uma mulher, Silvia Faria, diretora de jornalismo. Acima deles, está o diretor-geral de Jornalismo e Esportes e ao diretor-geral da empresa. São cinco homens e apenas uma mulher decidindo pela contratação de novos profissionais, mudança de cargos e promoções dentro do JN. A voz do jornalismo que ecoa na redação repete a estrutura machista que está presente nas relações familiares, na escola, no casamento e em praticamente todos os espaços da vida cotidiana: as relações profissionais são definidas pela discriminação de gênero. Mesmo que o exercício do jornalismo exija a busca por igualdade e democracia, os interlocutores as representações de gênero dificultam que o espaço seja ocupado por mulheres. Um estudo do Ibope de 2017, realizado em todas as regiões do país, revela que o preconceito mais identificado pelos brasileiros é o machismo, com 99% dos entrevistados admitindo já ter percebido essa discriminação de alguma forma. Este também é o preconceito mais praticado – 61% dos entrevistados. A pesquisa de Marcia Veiga (2012) mostra como as características de gênero estão ligadas ao poder. De modo que as decisões como um todo estão hierarquizadas, considerando o gênero como um dos fatores determinante.

Ou seja, neste pequeno universo, os valores e as estruturas de hierarquização equiparavam-se à normatividade social vigente. Atributos tidos como masculinos (atividade, força, coragem, imposição, impulso, competição, seriedade, autonomia, etc.) [...] estavam mais próximos do poder (VEIGA, 2012, p. 496).

As inúmeras vozes que norteiam a construção do discurso podem atuar para conceber um discurso machista no telejornalismo. Além da visão pessoal de cada locutor, há a visão empresarial que visa o lucro antes do compromisso do jornalismo. Um telejornal é cobrando quanto à receita, ocupa um espaço na grade que precisa de anunciantes no horário do intervalo. Dessa maneira, evitar gerar conflito com o público acaba sendo o mais importante para atender às necessidades capitalistas. Empresarialmente falando, questionar a todo momento a ordem vigente – neste caso, o machismo que considera o gênero masculino superior ao feminino – pode gerar animosidade e desconfiança do público, do governo e das empresas que anunciam na emissora. O locutor, como jornalista, deveria se mostrar questionador do que está em desacordo com os ideais de uma sociedade mais justa. Entretanto, ele é também representante de uma empresa gigantesca que se preocupa com a manutenção social em certa medida. O patriarcado – sistema que determina que o homem é o chefe de família, detém o controle financeiro e moral da casa e, por consequência, da sociedade fora do ambiente doméstico (BEAUVOIR, 2016) – é muito útil ao capitalismo e, por consequência, às grandes empresas¹⁹.

5.2 Quando as mulheres falam no JN?

Existem diferenças entre os assuntos abordados por mulheres e homens no Jornal Nacional, reproduzindo uma maneira de ver o mundo em que o masculino e o feminino são construídos por liberações e interdições. O telejornal não obedece a uma divisão padrão de editorias, assim como existe nos jornais impressos. Porém, para esta pesquisa poder investigar com mais precisão quais os assuntos abordados, a tabela montada foi mais minuciosa na separação de assuntos, chegando a 12 grandes grupos que se aproximam da lógica usada pelo JN para paginar o telejornal (quadro 7).

Neste momento histórico, assuntos que se tornaram importante para o Brasil ganharam destaque de editoria, mesmo que pudessem ser abordados em outras áreas. É o caso da Operação

¹⁹ As propagandas de cerveja com mulheres “burras e hipers-sexualizadas”, as propagandas de carro em que a mulher é um “belo acompanhamento” do destemido motorista, as propagandas de cosméticos direcionadas a mulheres “frágeis como uma flor” em busca de beleza, são apenas algumas das cristalizações dessa visão de mundo.

Lava Jato, em que convergem os campos da política e segurança pública (polícia). Esta categoria vai abarcar até mesmo operações, depoimentos ou decisões judiciais, e está muito ligada à produção de reportagens produzidas em Curitiba, local das decisões de poder.

A categoria “Denúncia” abrange tudo aquilo que fala de gasto indevido de dinheiro público ou mal funcionamento de alguma instituição pública ou privada ligada ao serviço público. Matérias assim têm espaço nobre no JN, geralmente trazem dados e imagens exclusivas, são prioridade no espelho. Dessa maneira, algumas categorias aparecem com poucos repórteres, como justiça ou polícia, pois as matérias que poderiam ser incluídas nelas foram deslocadas para outras divisões. Os repórteres que fazem matérias nessas duas grandes categorias estão incluídos nas subdivisões, não prejudicando a avaliação como um todo.

O “Obituário” só aparece com um repórter porque é raro que o assunto seja abordado no telejornal. O JN só faz obituários de pessoas de grande relevância na história do país e do mundo.

Quadro 7 Divisão de repórteres por assunto

Assuntos	Gênero	Porcentagem de mulheres
Ciência e Meio Ambiente	· 3 homens · 2 mulheres	40%
Comportamento	· 6 homens · 3 mulheres	33%
Denúncia	· 4 homens · 3 mulheres	42%
Economia	· 1 homem · 1 mulher	50%
Esporte	· 4 homens · 0 mulheres	0%
Lava Jato	· 2 homens · 1 mulher	33%
Obituário	· 0 homens · 1 mulher	100%
Polícia	· 0 homens · 1 mulher	100%
Justiça	· 1 homem · 0 mulheres	0%
Política	· 3 mulheres · 2 homens	60%
Mundo	· 7 homens · 1 mulher	12%

Sociedade	· 2 homens · 2 mulheres	50%
-----------	----------------------------	-----

Fonte: autora.

Como já foi exposto, a maioria dos repórteres do JN são homens, então é evidente que os assuntos terão mais locutores masculinos. Entretanto, observando o quadro, nota-se que além de serem maioria absoluta, os homens têm uma representação muito acima da média na editoria “Mundo”.

Os repórteres da editoria “Mundo” moram em outros países e trabalham nos escritórios internacionais da TV Globo ou em produtoras ligadas à emissora. Luís Fernando Silva Pinto, em Washington; Pedro Vedova, em Londres; Marcio Gomes, em Tóquio; Rodrigo Alvarez, em Berlim; Alan Severiano, Felipe Santana, Jorge Pontual e Sandra Coutinho, em Nova Iorque. Esses escritórios e produtoras têm menos estrutura física e de pessoal do que as sedes nacionais da empresa. Em Nova York, por exemplo, os produtores são também editores de texto. Poucos são enviados para estes locais. Ser um correspondente é um cargo de confiança, prestígio e, principalmente, um privilégio, já que são poucas as vagas. Se for levada em conta a questão do “privilégio”, é importante notar que poucas mulheres ocupam essas posições, e só uma apareceu na semana composta. Isso pode demonstrar que quando há poucas oportunidades para dar voz a um jornalista, quem faz essa escolha, como chefia ou como empresa, enuncia de uma posição patriarcal de gênero.

Quando o assunto é esporte, o silenciamento da igualdade entre homes e mulheres se acentua: nenhuma mulher aparece na amostra. Isso evidencia como o assunto ainda pode ser considerado constitutivo do universo dos homens.

Por essa visão, ter mulheres como locutoras, principalmente em futebol, pode acabar “fragilizando” a imagem do telejornal para parte do público, uma vez que a interpretação de um discurso também cabe a quem recebe a mensagem. A subjetividade da relação entre interlocutores pode provocar conflito. Mesmo que uma jornalista encontre espaço para fazer reportagens esportivas para o JN, poderá encontrar resistência do telespectador que a considerar menos competente para tratar do assunto. Mesmo demonstrando profissionalismo, ética, boa narrativa e objetividade, a ideia pré-concebida de que futebol não “combina” com mulher é um problema a ser enfrentado.

O jornalismo – como uma construção social – acaba incorporando a visão do público e assumindo que é mais coerente: um homem apresentar esse tipo de notícia. Assim como o grupo

de jornalistas que trabalha na redação incorpora uma visão pessoal de mundo nas práticas profissionais, apagando a ideia de pluralidade e coletividade. A tentativa de suavizar as diferenças entre as vozes de um discurso polifônico e torná-lo coeso, como uma voz só, não o faz mais verdadeiro. Sem polifonia, que é tendência natural da comunicação, acaba-se criando a falsa ideia de normalidade.

Política é a grande exceção à regra. Na amostra, as repórteres Zileide Silva, Delis Ortiz e Malu Mazza formam maioria se comparadas aos homens. Zileide e Delis são setoristas, trabalham todo dia diretamente com políticos, em sua grande maioria homens como mostrado no capítulo 3. São locutoras de um discurso dominado por homens, locutores amparados enunciadore dominantes: machismo, patriarcado e capitalismo. É positivo do ponto de vista feminista que elas estejam ocupando esse lugar de fala. Entretanto, não é possível afirmar que seja necessariamente uma quebra de paradigma de gênero. Pode ser considerada uma conquista de espaço pessoal, uma exceção. Zileide também quebra padrões quando se trata de aparência, quesito que ainda será analisado nessa pesquisa.

5.3 Qual a aparência de quem fala no JN

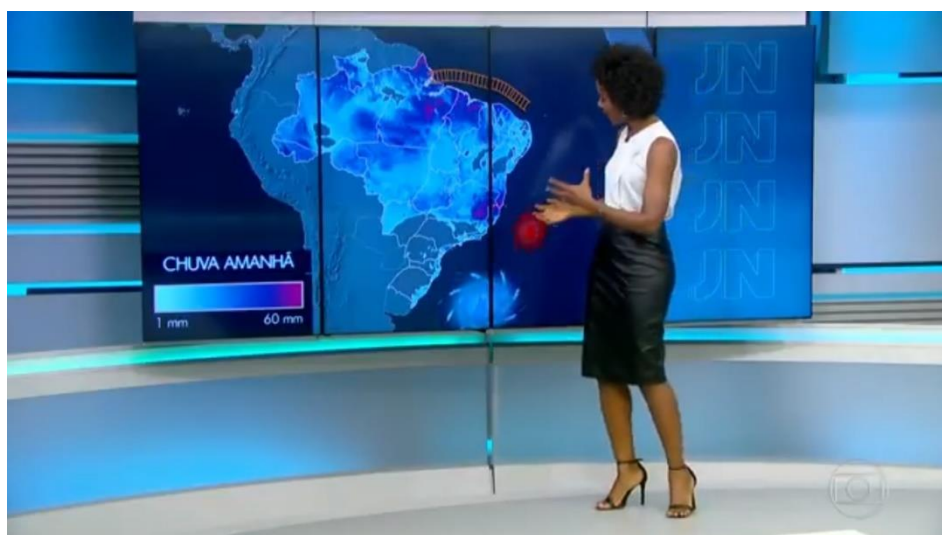
Não é apenas na falta de equilíbrio numérico que a diferença de gênero no JN se mostra. A diferença na aparência é também muito significativa. Enquanto os homens, que formam a maioria, são valorizados pela seriedade, independentemente da aparência²⁰, das mulheres se cobra um rígido padrão de beleza e, muitas vezes, elas têm a credibilidade construída a partir disso. A beleza é considerada um dos grandes atributos do feminino, senão o maior valor que uma mulher pode possuir.

Entre os principais valores do jornalismo – ética, objetividade, correção e confiabilidade – não aparece beleza como peça-chave para a boa prática da função. No entanto, no maior telejornal do país, todas as mulheres preenchem quesitos padronizados de beleza. Neste caso, o machismo é o enunciador, aquele que diz que uma mulher sem boa aparência é uma mulher sem valor. Outro enunciador importante é o capitalismo, que reserva à mulher o lugar de “musa”, meio de venda de produtos e fidelizadora da audiência.

²⁰ Isso não significa que deixam de sofrer as coerções sociais definidas para o seu gênero, mas, mesmo assim, ainda têm uma gama maior de comportamentos e opções do que as mulheres.

Entre essas musas criadas para agradar o público, estão as jornalistas especializadas na apresentação do tempo, comumente conhecidas como “Garotas do Tempo”. No JN, a apresentadora da previsão do tempo, Maria Julia Coutinho, é a titular na função, e apareceu em todos os dias da amostra. Este é um lugar feminino por excelência na emissora. Já foi ocupado por Sandra Annenberg e Patrícia Poeta. Além de Maria Julia, Eliana Marques e Izabella Camargo ocuparam a função em 2016. Todas são jovens e bonitas. Costumam usar vestidos justos (figuras 1, 2 e 3), saias bem marcadas e camisas sem manga e com decotes, diferentemente das apresentadoras, que costumam cobrir o colo e os ombros. Há apenas um jornalista homem no rodízio de apresentadores do tempo: Tiago Scheuer. Por se tratar de uma exceção, Tiago, que não se destaca pela aparência física nem pelo vestuário, foi notícia na mídia²¹ quando assumiu a posição.

Figura 1 Maria Julia Coutinho, JN 27 de março de 2017.



Fonte: Globo Play.

²¹ UOL FAMOSOS. Disponível em <<https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2017/03/25/homem-do-tempo-da-globo-tiago-scheuer-estrea-no-jornal-nacional.htm>>.

RD1. Disponível em <<https://rd1.com.br/ha-muito-tempo-a-globo-nao-tinha-um-homem-a-frente-da-previsao-afirma-tiago-scheuer/>>.

Figura 2 Maria Julia Coutinho, JN 31 de março de 2016.



Fonte: Globo Play.

Figura 3 Tiago Scheuer, JN 29 de abril de 2017.



Fonte: Globo Play.

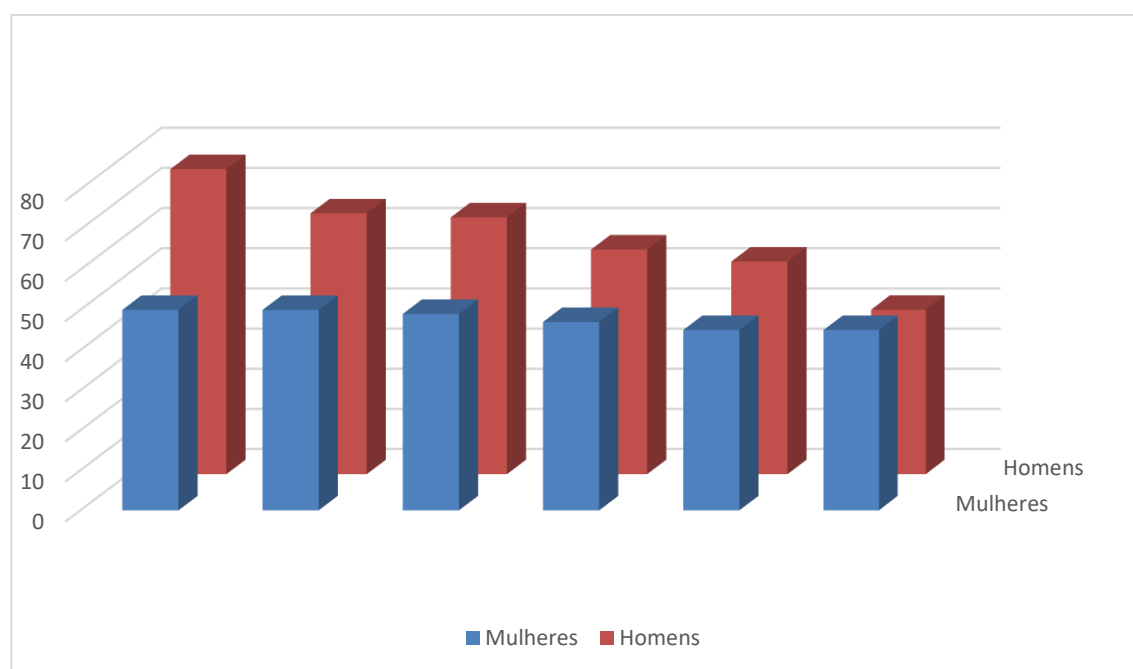
Na semana composta, três mulheres apresentaram o JN. Desde 1996 o JN tem como apresentadores titulares um casal. Na amostra analisada não foi diferente, mesmo que as mulheres estejam com uma representante a mais, as duplas foram compostas por um homem e uma mulher. A diferença é maior quando observamos a idade dos apresentadores. A idade é um indício de beleza para o senso comum, o seu valor é tão forte que uma mulher “velha” perde

validade com a idade. “A exigência da beleza é simultaneamente a exigência de juventude” (MORIN, 1989, p.31).

As mulheres são mais jovens do que os homens. Bonner tem 53 anos, oito a mais que a parceira de bancada Renata, que tem 45, e três a mais que Giuliana, que tem 50. Contudo, a diferença maior é entre Ana Paula Araújo, com 45 anos, e Alexandre Garcia, que tem 76. Mas a idade de Alexandre parece não afetar sua credibilidade, uma vez que ele apresenta o jornal juntamente com uma mulher 31 anos mais jovem.

A diferença de idade é evidente entre todos os apresentadores atuais do JN, não só nos da amostra. Entre os homens, a média de idade é de 59 anos, sendo o mais velho Alexandre Garcia, 76; seguido de William Waack, com 65; Chico Pinheiro, com 64; Heraldo Pereira, com 56; William Bonner, 53, e Rodrigo Bocardí, com 41. Rodrigo é a grande exceção ao padrão dos homens e, sem ele, a média de idade masculina seria calculada em 62 anos. Já a média de idade das mulheres é de 48 anos, 20% menor do que a dos homens, considerando todos os apresentadores. Entre as mulheres, Carla Vilhena e Giuliana Marrone são as mais velhas, com 50 anos, seguidas por Sandra Annenberg, de 49, e Monalisa Perroni, de 47. Além das já mencionadas, Ana Paula Araújo e Renata Vasconcellos têm 45. Ou seja, nenhuma mulher com mais de 50 anos apresenta o jornal, enquanto Rodrigo é o único homem com menos de 53.

Gráfico 2 Idade dos apresentadores do JN



Fonte: autora.

A idade também é destaque entre os repórteres (quadro 8). Embora a média seja igual entre homens e mulheres, a amplitude da idade dos homens é maior, tendo sido calculada em 34 anos, enquanto a das mulheres é de apenas 23 anos. Isso pode apontar que os homens, assim como as mulheres, podem entrar jovens no vídeo, mas, diferentemente delas, ficam mais tempo no ar. O tempo de permanência do homem é maior porque, com o passar dos anos, é socialmente aceito que eles vão ficando “mais sábios e com mais credibilidade”. Já as mulheres “perdem valor”, já que, de acordo com o senso comum, mais idade é sinônimo de menos beleza e, conseqüentemente, de menos credibilidade.

Quadro 8 Idade dos repórteres do JN em 2016

Nome	Gênero	Idade em 2016
Alan Severiano	Homem	40 anos (1976)
Alberto Gaspar	Homem	59 anos (1957)
Alex Barbosa	Homem	37 anos (1979)
Andrei Kampff	Homem	42 anos (1974)
Ari Peixoto	Homem	60 anos (1956)
Beatriz Castro	Mulher	55 anos(1961)
Bette Lucchese	Mulher	46 anos(1970)
Camila Bomfim	Mulher	35 anos(1981)
Cassiano Rolim	Homem	37 anos(1979)
César Augusto	Homem	48 anos(1968)
Cristiane Leite	Mulher	39 anos(1977)
Cristina Maia	Mulher	44 anos(1972)
Danilo Vieira	Homem	34 anos(1982)
Delis Ortiz	Mulher	53 anos(1963)
Edmilson Ávila	Homem	49 anos(1967)
Elaine Bast	Mulher	43 anos(1973)
Eric Faria	Homem	42 anos(1974)

Fábio Castro	Homem	42 anos(1974)
Felipe Santana	Homem	32 anos(1984)
Fernando Rêgo Barros	Homem	51 anos(1965)
Galvão Bueno	Homem	66 anos(1950)
Graziela Azevedo	Mulher	53 anos(1963)
Helter Duarte	Homem	46 anos(1970)
Ismar Madeira	Homem	49 anos(1967)
Jorge Pontual	Homem	68 anos(1948)
José Roberto Burnier	Homem	56 anos(1960)
Júlio Mosquéra	Homem	49 anos(1967)
Lilia Teles	Mulher	55 anos(1961)
Luiz Fernando Silva Pinto	Homem	61 anos(1955)
Malu Mazza	Mulher	Não informada
Marcelo Rocha	Homem	41 anos(1975)
Marcio Gomes	Homem	46 anos(1970)
Marcos Losekann	Homem	50 anos(1966)
Mauro Anchieta	Homem	48 anos(1968)
Mônica Saches	Mulher	51 anos(1965)
Natalia Ariede	Mulher	34 anos(1982)
Pedro Vedova	Homem	32 anos(1984)
Ricardo Von Dorff	Homem	54 anos(1962)
Rodrigo Alvarez	Homem	49 anos(1967)
Sandra Coutinho	Mulher	49 anos(1967)
Sidney Pereira	Homem	55 anos(1961)
Thiago Ariosi	Homem	33 anos(1983)
Zileide Silva	Mulher	58 anos(1958)

Nenhuma mulher dentro da amostra pesquisada tem mais do que 58 anos. A exceção é Zileide Silva, nascida em 1958 (58 anos), que é dez anos mais nova do que Jorge Pontual (68) – mais velho entre os homens –, oito anos menos do que Galvão Bueno (66), três menos do que Luís Fernando Silva Pinto (61) e um a menos que Alberto Gaspar (59).

Mais do que a idade, as repórteres do Jornal Nacional são condizentes com o padrão de beleza socialmente imposto: o da mulher com peso proporcional à altura, jovem, branca, com cabelos lisos ou levemente encaracolados. Nenhuma aparenta ter o peso desproporcional em relação à altura e há apenas uma mulher negra, representando quebra de padrão racial, Zileide Silva. Entre os homens, há um visivelmente acima do peso: Alberto Gaspar.

Quanto ao cabelo, 70% delas têm os fios lisos abaixo do ombro, mas não muito compridos. O cabelo comprido é um indício de sensualidade na nossa cultura, é associado a modelos e às mulheres que são símbolos sexuais. O cabelo mais curto, na altura do ombro, é menos associado à sexualidade, e aproxima a mulher de uma imagem de seriedade. Há duas exceções: Zileide Silva usa um corte bem curto, destoando das demais, assim como Sandra Annenberg – apresentadora do rodízio de folgas. O corte já foi chamado de estilo “Joãozinho”, mas de tão famoso através de Fátima Bernardes, enquanto ela ainda estava na bancada do JN, foi rebatizado com o nome da jornalista (HAGEN, 2004).

Segundo Hagen (2004), a imagem profissional de Fátima Bernardes era muito associada à aparência, principalmente em se tratando do cabelo: a jornalista ditava um padrão de beleza condizente com o de atrizes e celebridades. A associação de Fátima ao cabelo era tão íntima que, enquanto ela estava compondo a bancada, seu corte era a própria referência da jornalista.

Quando passou a ser apresentadora do JN, Patrícia Poeta deixou para trás o cabelo comprido usado no Fantástico, um programa que permitia uma estética mais livre por se tratar de uma revista eletrônica – mistura de *soft* e *hard news*. No JN, o cabelo passou a ser mais curto, para, segundo a apresentadora²², passar mais seriedade.

Nenhuma repórter da semana composta tem o cabelo branco, diferentemente dos homens. Oito deles têm mechas ou todo cabelo branco, e um deles é totalmente calvo, Mauro

²² Entrevista a Shaula Rodrigues, do portal GSHOW. Publicada em 20 de janeiro de 2017. Disponível em <<https://gshow.globo.com/Estilo/Beleza/Cabelo/noticia/patricia-poeta-fala-da-relacao-afetiva-com-os-fios-longos-e-lembra-epoca-que-teve-que-cortar-mais-curto-para-o-jn-sofri.ghtml>>. Acesso em 04 dez. de 2017.

Anchieta. Assim, nota-se que, mesmo que uma repórter tenha a mesma idade de um homem na mesma função, ela deve aparentar ter menos.

Entretanto, a atual apresentadora do JN, Renata Vasconcellos, tem alguns fios brancos nos cabelos, são poucos, mas perceptíveis na imagem em High Definition (HD) (figura 4). Esta quebra de padrão de Renata é apontada em reportagens impressas e de *internet*²³ como um fato inusitado, que causa surpresa no público. Enquanto Renata causa espanto por assumir alguns fios brancos, Bonner tem uma nítida mecha branca bem acima da testa e Alexandre Garcia e Chico Pinheiro têm todo o cabelo grisalho.

Figura 4 Renata Vasconcellos tira foto na bancada do JN.



Fonte: Conta Instagram pessoal da jornalista @renatavasconcellosocial.

²³ OBESERVATÓRIO DA TELEVISÃO. Disponível em: <<https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br/noticia-da-tv/2016/09/renata-vasconcellos-aparece-com-fios-brancos-no-jornal-nacional-nao-escondo-a-idade>>.

VIX. Disponível em: <<https://www.vix.com/pt/beleza/540385/renata-vasconcellos-da-aula-de-estilo-ao-assumir-fios-brancos-5-fotos-que-provam>>.

Sandra Annenberg declarou²⁴ que também mantém os cabelos brancos, sem pintar. As declarações das jornalistas, mostram a tentativa de enunciar de um outro lugar, em que os princípios de igualdade do feminismo assumem o protagonismo.

Entre os jornalistas pesquisados, dez deles usam óculos, nove repórteres e o apresentador Alexandre Garcia. Entre as mulheres, nenhuma aparece usando óculos nos dias estudados. Porém, em outras ocasiões Zileide Silva e Renata aparecem no vídeo usando óculos. Zileide quando apresenta o Jornal Hoje, no rodízio de sábado, (figuras 5 e 6) e Renata (figuras 7 e 8) quando faz algum plantão especial ou chamada ao vivo durante a tarde. Essa diferença mostra o quanto a mulher ainda não é permitida socialmente a assumir seus “defeitos”.

Figura 5 Zileide Silva, JN 04 de janeiro, 2016.



Fonte: Globo Play.

²⁴ UOL, Rio de Janeiro. 10 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2017/12/10/sandra-annenberg-ganha-premio-e-explica-memes-nao-podia-ser-deselegante.htm>.

Figura 6 Zileide Silva, JH 02 de dezembro, 2017.



Fonte: Globoplay.

Figura 7 Renata Vasconcellos, JN 27 de outubro, 2017.



Fonte: Globo Play.

Figura 8 Renata Vasconcellos, plantão de notícias 25 de outubro, 2017



Fonte: Globo Play.

O manual de telejornalismo de Olga Curado (2002, p.70), estabelece parâmetros a serem seguidos para o “bom gosto” e a “elegância”: os cabelos das mulheres, quando volumosos, devem estar “penteados e acomodados”. Esses padrões, *a priori*, seguem um princípio jornalístico que determina que o repórter não pode ter mais evidência do que a notícia para conduzir a reportagem com mais credibilidade. Entretanto, na prática, exercem um discurso que acaba sendo excludente e até preconceituoso com as mulheres, não com os homens.

O fator idade, a importância do cabelo, a padronização de corpos das repórteres do JN denuncia como a beleza é valorizada, mesmo em profissionais que não deveriam priorizar a estética como atividade fim de seu trabalho. O telejornalismo, como construtor de sentidos da sociedade, enuncia a todo momento que a credibilidade de uma mulher é construída a partir de valores diferentes dos exigidos dos homens, tendo a beleza como grande característica.

6 Conclusão

O jornalismo tem por finalidade defender o interesse público, fomentar a igualdade e a democracia. O machismo é o oposto disso, subestima as mulheres, reserva a elas espaços de menor projeção social, intercepta o direito de escolha sobre o próprio corpo e limita suas oportunidades. Quando o telejornal de maior abrangência do país constrói diariamente notícias em uma redação com desigualdade de gênero, não só está refletindo o machismo presente na sociedade, está fomentando. É uma relação de causa e efeito que só colabora para a manutenção social de uma lógica preconceituosa.

A desigualdade de gênero no Jornal Nacional é explicitada quando se percebe a quantidade de repórteres que aparecem todo dia no jornal. Uma mulher a cada três repórteres é uma proporção baixa se considerarmos que 60% dos jornalistas atuantes no mercado de trabalho são justamente mulheres. Quando o machismo nega lugar de fala às mulheres, está afetando a sociedade de modo que pareça natural que elas tenham menos voz do que os homens.

Essa aparente naturalidade da diferença entre os gêneros é puramente cultural, foi construída ao longo do tempo. Serve como forma de dominação masculina, assim como é útil ao patriarcado e ao capitalismo. Não reproduzir o machismo é muito difícil, uma vez que as diferenças de gênero ocupam um espaço enorme na cultura. Entretanto, os locutores, responsáveis empíricos pelo discurso, não necessariamente percebem que aderem ao machismo como enunciador de suas palavras e ações, mas acabam o incorporando, mesmo que não conscientemente. Parte da responsabilidade de um jornalista como aquele que transforma um acontecimento em notícia, é o atuar de forma consciente, pesando nas consequências que seu discurso pode causar nas pessoas e na sociedade.

Além da sub-representatividade, a padronização física das jornalistas revela um cenário machista. A exigência de um perfil de acordo com os padrões estéticos da sociedade dominada por valores masculinos mostra o quanto a beleza ainda é importante para que uma mulher tenha algum valor e construa credibilidade. O padrão estético está representado na falta de jornalistas mulheres negras ou daquelas que tem o peso não proporcional à altura. A diferença de idade delas em relação aos homens demonstra como a beleza e a juventude são levadas em consideração. As mulheres mais velhas têm a voz silenciada, diferentemente dos homens, que acabam sendo valorizados pela experiência.

A boa aparência física não é necessária em nenhuma função do jornalismo, incluindo a reportagem e a apresentação de notícias. Com a desculpa de eliminar ruídos de informação, instituiu-se que quem trabalha na TV tem que estar de acordo com um padrão. Essa obrigação recaiu principalmente sobre os ombros das mulheres, sempre cobradas pela aparência.

Para quem assiste ao JN sem pensar no fator aparência, notar a existência desse padrão não é simples. É preciso ter olhos atentos para procurar justamente o que não aparece. Parte dos telespectadores está tão acostumada a ver mulheres dentro do padrão dominante ocupando espaços, que não percebe onde estão as que não têm essas características. O que não está incluído em um discurso também fala muito sobre ele. Esse público está tão acostumado a ver o mesmo tipo de jornalista na televisão que, quando alguém fora do padrão aparece, vira notícia e causa estranheza, mesmo que os “fora de padrão” sejam maioria da população.

A divisão de assuntos por gênero também foi discutida durante a pesquisa. Existe a igualdade quando alguns assuntos são tratados, mas também há espaços de grande diferença de representatividade. Estabelecer assuntos em que a mulher não pode entrar é a reprodução da ideia arcaica de que existem espaços femininos e espaços masculinos.

Para realizar essa pesquisa, a metodologia adotada foi a Análise de Discurso. Essa metodologia observa não só o texto, mas o contexto, uma vez que – dentro de um discurso – todos os fatores contam para que a mensagem seja passada. As diferentes vozes que aparecem em um discurso polifônico são favoráveis ao questionamento que o jornalismo deve fazer perante a sociedade. Entretanto, quando enunciadores como o machismo, capitalismo e patriarcado se manifestam ainda dentro da redação, acabam por ocupar tanto espaço que não permitem que outras vozes sejam notadas.

O Jornal Nacional foi escolhido como objeto de análise não só por sua representatividade nacional e tempo que está sendo exibido. O JN é também um símbolo do telejornalismo do país, uma referência. A amostra privilegiou a construção de uma semana composta para abranger a grande quantidade de variáveis deste TCC. Foram escolhidos meses e semanas alternados para evitar sazonalidade das pautas, assim como evitar séries de reportagens ou um repórter aparecer em demasia em matérias suitadas. Os 43 repórteres que apareceram na mostra, 14 mulheres e 29 homens, representam uma parcela simbólica de todos aqueles que trabalham pelo JN todos os dias.

Ao longo do trabalho também foram encontradas tentativas de quebra do paradigma machista. Entre elas, o fato da apresentadora titular, Renata Vasconcellos, e da apresentadora do rodízio do sábado, Sandra Annenberg, manterem fios brancos no cabelo. Zileide Silva também ocupa um espaço significativo na inversão da lógica machista presente no jornal. É a repórter mais velha, a única negra, aparece mais de uma vez na semana composta na editoria de política. Fala da política, com predominância das mulheres. Mesmo que essas tentativas representem exceções à regra, se comparadas a toda a lógica já estabelecida no JN, representam fissuras na dominação masculina, uma tentativa de autorizar a voz das mulheres em meio aos enunciadores dominantes do Jornal Nacional.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALDWIN, John R; DA ROSA, Francisco Heitor; DESOUZA, Eros. **A construção Social dos papéis sexuais femininos**. In: Psicologia: Reflexão e Crítica, 2000, 13 (3). Disponível em: <file:///C:/Users/rober/Desktop/v13n3a16.pdf> acesso em dez. 2017.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BENETTI, Marcia. **Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos**. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. Metodologia da pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BENETTI, Marcia; LAGO, Claudia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BERGAMO, Alexandre; MICK, Jacques e LIMA, Samuel. Quem é o jornalista Brasileiro? Perfil das profissões no país. UFSC, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. FENAJ, Federação Nacional dos Jornalistas. 2012. Disponível em: <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf> acesso em dez. 2017.
- BISTANE, Luciana; BACELLAR, Luciane. **Jornalismo de TV**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- BONNER, Wiliam. **Jornal Nacional: modo de Fazer**. Rio de Janeiro: Globo 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BREED, Warren. **Controlo Social na redação: uma análise funcional**. In: TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”. Portugal: Veja, p.152-166, 1999.
- BUCCI, Eugênio. **Brasil em Tempo de TV**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003
- CANDIDO, Marcia Rangel; JÚNIOR, João Feres. **Jornalismo Brasileiro: gênero e cor/raça dos colonistas dos principais jornais do país**. GEMAA, UERJ. Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/jornalismo-brasileiro-genero-cor-raca-dos-colonistas-dos-principais-jornais/> acesso em dez. 2017.
- CHARAUDEAU, Patrick. **A televisão e o 11 de Setembro: alguns efeitos do imaginário**. in LOGOS 24 : cinema, imagens e imaginário, Ano 13, 1º semestre, 2006. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/A-televisao-e-o-11-de-Setembro.html>. Acesso em nov. 2017.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. En: Crítica y emancipación : Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires : CLACSO, 2008- . -- ISSN 1999-8104. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf> acesso em nov. 2017.
- CURADO, Olga. **A Notícia na TV**. São Paulo: Alegro, 2002.
- DARDE, Vicente William da Silva. **As vozes da AIDS na imprensa: Um estudo das fontes de informação dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo**. Programa de pós-graduação em comunicação e informação. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação UFRGS. Porto Alegre, 2006.
- DE ABREU, Alzira Alves; DE PAULLA, Christiane Jalles. Mulheres nos Telejornais, Fátima Bernardes. In: DE ABREU, Alzira Alves; ROCHA Dora. **Elas ocuparam as redações: depoimentos ao CPDOC**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. **O Dispositivo Pedagógico da Mídia**. Modo de Educar na (e pela) TV. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, V. 28, n.1, p.151-162, jan./jun. 2002.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Televisão e Educação: fruir e pensar a TV**. 4ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão: UFS, 2005.

- HAGEN, Sean. **O casal 20 do telejornalismo e o mito da perfeição: como a mídia constrói a imagem dos apresentadores Fátima Bernardes e Wiliam Bonner**. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado, 2004.
- HERMES, Joke. **Mulheres e jornalistas primeiro: um desafio lançado aos profissionais dos media para que seja possível alcançar a democracia na prática, criar um jornalismo de qualidade e acabar com os estereótipos de gênero**. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género Lisboa: 2014. Disponível em <<https://rm.coe.int/1680590588>> acesso em dez 2017.
- KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil**. UFRGS, 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/72742>> acesso em dez. 2017.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do jornalismo: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- LAUZEN, Martha. **Boxed In 2016-17: Women On Screen and Behind the Scenes in Television**. Center for the Study of Women in Television & Film, San Diego State University 2017. Disponível em <http://womenintvfilm.sdsu.edu/wp-content/uploads/2017/09/2016-17_Boxed_In_Report.pdf> acesso em out 2017.
- MORIN, Edgar. **As estrelas: mito e sedução no cinema**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.
- ORLANDI, Eni P. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Em Aberto, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3ª edição. Campinas: Pontes, 2001.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como elas são**, 3ª ed. Florianópolis: Insular, 2012.
- VEIGA, Marcia. **Gênero: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo**. Estudos em Jornalismo e Mídia. Universidade Federal de Santa Catarina. Vol. 9 Nº 2 – Julho a Dezembro de 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2012v9n2p490/23361>> acesso em nov. 2017.
- WITTING, Monique. **Não se nasce mulher**. Textos de Sapatãs. São Paulo: Ráiot, março 2014. Disponível em: < <https://issuu.com/raiotdistro/docs/naosenasceMulher-wittig-2>> acesso em dez. 2017.
- WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- YORKE, Ivor. **Telejornalismo**. 4ª ed. São Paulo: Roca, 2007.

7.1 Sites:

CÂMARA, Legislativa. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes>> acesso em out. 2017.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> acesso em 14. nov. 2017.

ESTADÃO, Manual de redação. 3ª edição, 2007. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/manualredacao/esclareca/j>> acesso em nov. 2017.

G1, Portal. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/apos-15-anos-mulheres-continuam-sendo-minoria-nos-cursos-universitarios-de-ciencia.ghtml>> acesso em dez. 2017.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016.

Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>> acesso em dez. 2017.

IMPRENSA, Associação Brasileira. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/mulheres-avancam-para-dominar-redacoes-no-brasil/>> acesso dez. 2017.

INEP. Censo superior da educação. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2016/apresentacao_censo_educacao_superior.pdf> acesso em dez. 2017.

INTERNACIONAL Society Of Aesthetic Surgery. Disponível em:

<<http://www2.cirurgioplastica.org.br/de-acordo-com-a-isaps-brasil-lidera-ranking-de-cirurgias-plasticas-no-mundo/>> acesso em out. 2017

JORNAL Nacional. Memória Globo. Disponível em:

<<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/jornal-nacional/o-primeiro-dia.htm>> acesso em set. 2017.

MINISTÉRIO, da Defesa. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2017/03/mulheres-se-destacam-nas-forcas-armadas.>> acesso em dez. 2017.

NOTÍCIAS BOL, 2016. Disponível em: <<https://noticias.bol.uol.com.br/bol-listas/32-jornalistas-que-ja-passaram-pela-bancada-do-jornal-nacional.htm?cmpid=copiaecola>> acesso em nov.2017.

OLIVEIRA, Tony. No Brasil, o machismo é o preconceito mais praticado. Carta Capital, 11 out. 2017.

Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/no-brasil-o-machismo-e-o-preconceito-mais-praticado>> acesso em nov. 2017.

SENADO, Federal. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/senadores/>> acesso em out. 2017.

UOL. Disponível em: <<https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2017/12/10/sandra-annenberg-ganha-premio-e-explica-memes-nao-podia-ser-deselegante.htm>> acesso em dez. 2017.

WOMEN'S Media Center Report. Women journalists report less news than men; TV gender gap most stark. 2017 Disponível em: <<http://www.womensmediacenter.com/about/press/press-releases/womens-media-center-report-women-journalists-report-less-news-than-men-tv-gender-gap-most-stark>> acesso em out. 2017.